

# Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki \*

MARIO LUIZ POSSAS \*\*

PAULO E. A. BALTAR \*\*

*A finalidade deste estudo é contribuir para uma avaliação da importância da obra de Kalecki na elucidação do funcionamento da economia capitalista.*

*Sua proposição central destaca, como principal contribuição desse autor, a formulação do princípio da demanda efetiva de um modo claro e propício à explicitação dos mecanismos básicos da dinâmica econômica no capitalismo. Para tanto, rejeita-se a interpretação convencional da demanda efetiva que enfatiza o papel do gasto autônomo associado à intervenção do Estado e aos períodos recessivos, para colocá-la numa perspectiva teórica, onde passa a assumir o caráter de princípio geral necessário à refutação da "Lei de Say" e à elaboração de uma teoria dinâmica. Sob este enfoque, o artigo analisa a exposição da demanda efetiva feita por Kalecki, sublinhando o papel que nela tem a distribuição funcional da renda. Segue-se uma interpretação geral da teoria do ciclo econômico desse autor, particularizada nos modelos de 1933 e 1954. Discute-se, ainda, a validade de uma análise de ciclo "puro", em oposição à integração entre ciclo e tendência no mesmo quadro teórico. Sugerem-se, por fim, algumas das aplicações dinâmicas abertas pelo uso do esquema kaleckiano de três setores como instrumento analítico.*

## 1 — Introdução

Este artigo surgiu da constatação do crescente reconhecimento da importância das obras de Kalecki, cuja complexidade, malgrado a formulação simples e direta de suas proposições teóricas, tem provocado numerosas controvérsias e perplexidades entre seus leitores.

\* Agradecemos a Maria da Conceição Tavares a leitura e comentários aos originais deste texto, que é uma versão modificada do artigo do mesmo título apresentado no VII Encontro Nacional de Economia, ANPEC (Atibaia, 1979), e do qual numerosas notas foram suprimidas e algumas incluídas para maior clareza da exposição.

\*\* Do Departamento de Economia da UNICAMP.

Nosso propósito não é o de efetuar uma apreciação exaustiva das contribuições de Kalecki, nem tampouco o de esgotar a análise crítica de algum aspecto ou modelo extraído de suas teorias.<sup>1</sup> Pretendemos, isto sim, realizar um esforço no sentido de recuperar os principais traços daquilo que seria o conjunto de proposições nucleares do seu pensamento, de tal forma que as objeções específicas a este ou aquele modelo ou formulação possam ser situadas adequadamente em função da sua importância naquele contexto. Este procedimento justifica-se pela convicção de que a maior parte das críticas, mesmo as supostamente específicas, erram o alvo: sendo motivadas por algum mal-entendido ou divergência de fundo, aparecem freqüentemente na forma de numerosas objeções particulares ou circunstanciais dirigidas a seus modelos.

O principal argumento que procuraremos expressar a seguir é o de que a contribuição fundamental de Kalecki, que é ao mesmo tempo o fio condutor de sua teoria, consiste na formulação do princípio da demanda efetiva, de modo tal que permite não apenas enunciá-lo de forma clara, como também convertê-lo na base da explicitação de alguns mecanismos centrais da dinâmica capitalista.

A interpretação corrente da demanda efetiva dá ênfase ao papel do gasto autônomo, e em particular do gasto público, no sentido de auxiliar a recuperação de uma economia capitalista em depressão. Esta versão contém um viés de natureza dupla: a associação entre a noção de demanda efetiva e a intervenção do Estado na economia através da despesa governamental, o que pressupõe uma demanda efetiva insuficiente; e, paralelamente, a idéia de que sua relevância teórica e prática restringe-se a períodos de recessão ou de depressão, em que a demanda efetiva é supostamente "mais insuficiente". Em-

<sup>1</sup> Para um exame detalhado e completo das teorias de Kalecki, ver J. Miglioli, "Acumulação de Capital e Demanda Efetiva", Tese de Livre-Docência (Campinas: UNICAMP, 1979), mimeo. Uma interpretação original das possibilidades de utilização dos esquemas de três departamentos para a análise dinâmica do processo capitalista é desenvolvida em M. C. Tavares, "Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil", Tese de Livre-Docência (Rio de Janeiro: UFRJ, 1975), mimeo. e "Ciclo e Crise — O Movimento Recente da Industrialização Brasileira". Tese de Concurso a Professor Titular (Rio de Janeiro: UFRJ, 1979), mimeo.

bora este viés seja plenamente explicável e mesmo compreensível por motivos de ordem histórica, é essencialmente equivocado do ponto de vista teórico, conduzindo geralmente a erros de interpretação. Uma de suas principais conseqüências é a de ter permitido a identificação espúria entre o princípio da demanda efetiva e a vertente “subconsumista” dos intérpretes do capitalismo, que está presente na quase totalidade dos críticos de Keynes e de Kalecki, de distintas procedências teóricas e ideológicas.

Ao contrário dessa concepção, acreditamos que o princípio da demanda efetiva deve ser considerado dentro de uma perspectiva essencialmente teórica. Deste ponto de vista, tal princípio caracteriza-se fundamentalmente por acrescentar uma determinação causal unilateral à identidade contábil entre despesa, produção e renda, contrapondo-se, portanto, à noção usual, particularmente cara aos neoclássicos (tanto quanto a J.-B. Say), de determinação simultânea daquelas variáveis.<sup>2</sup> Assim, por exemplo, embora investimento, consumo e renda sejam simultaneamente magnitudes de gasto e de ganho, é a primeira característica e não a segunda a que adquire um caráter determinante, de variável “independente”.

Nesse sentido, o princípio da demanda efetiva em geral concebe como “autônomo” qualquer tipo de gasto, e não apenas um *deficit* público ou um *superavit* no comércio exterior. Até mesmo o consumo dos assalariados, em tese, pode ser visto como gasto “autônomo” — apesar de que, na hipótese de que os trabalhadores nada poupem, o montante desse consumo seja necessariamente igual à própria soma dos salários recebidos.

<sup>2</sup> Este aspecto, que já estava presente em J. M. Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Londres: Macmillan, 1936), Cap. 18, pp. 145 e segs., é bem destacado numa referência a Keynes feita por L. Pasinetti. *Growth and Income Distribution* (Cambridge U. P., 1974), p. 44: “Ao contrário da postura, tão comum entre teóricos marginalistas de economia, de que ‘tudo depende de tudo’. Keynes (como Ricardo) assume a posição oposta de que também é uma tarefa do teórico econômico especificar quais as variáveis suficientemente interdependentes para que sejam melhor representadas por relações simultâneas, e quais apresentam uma dependência tão dominante em uma direção (e tão pequena na direção oposta) que sua melhor representação seja por meio de relações unidirecionais”.

A noção convencional de gasto autônomo está, contudo, referida ao fato de o mesmo não ser função do nível de renda, o que dá margem à introdução da discutível idéia do surgimento de uma brecha (*gap*) crescente entre consumo e produção “potencial” — dada uma certa “função consumo” da renda — com todas as implicações que poderiam de algum modo estar relacionadas às teses “subconsumistas”. Do mesmo modo, esta apresentação convencional da demanda efetiva foi responsável pela percepção errônea de críticos que, como vimos, tendem a restringir sua vigência ou relevância a épocas de recessão ou depressão, quando o referido *gap* se amplia.

Além de explicar a determinação de agregados macroeconômicos, como a própria renda, o princípio da demanda efetiva pode ainda ser encarado como uma forma eficaz de introduzir questões básicas referentes à dinâmica capitalista. Sob este aspecto, o efeito multiplicador, quer na versão keynesiana, quer na forma (implícita) apresentada por Kalecki, só pode ser considerado estritamente “estático” enquanto visto como um fato isolado, isto é, como recurso analítico de exposição do princípio de determinação da renda através da demanda efetiva. O fenômeno do multiplicador tem conseqüências de natureza essencialmente dinâmica, tendo em vista que um acréscimo na renda agregada decorrente de seu funcionamento representa em geral uma alteração no grau de utilização médio da capacidade produtiva da economia, envolvendo, conseqüentemente, a partir de algum momento, uma variação do nível global de investimento (embora, possivelmente, com mudanças em sua composição) na mesma direção da variação da renda, motivado pela necessidade de ampliar a capacidade produtiva.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Este é o mecanismo que está na base do chamado efeito acelerador, assim como de qualquer outra função investimento — por exemplo, a de Kalecki — que incorpore os efeitos de variação na demanda agregada sobre a utilização da capacidade produtiva e, conseqüentemente, sobre as decisões de investir. Alertamos para o fato de que não se requer para o funcionamento do referido mecanismo uma *variação autônoma* (na acepção convencional) do gasto como ponto de partida. Ele pode ser colocado no contexto da interação do multiplicador com o acelerador (ou outra função investimento análoga), podendo ou não produzir flutuações cíclicas do nível de investimento e da renda, onde, justamente por se tratar de uma interação, não possui, por definição, um ponto de partida (observe-se que tanto o multiplicador como o acelerador pressupõem que a renda esteja variando).

A contribuição de Kalecki para a análise dinâmica da economia capitalista não se reduz a essa aplicação específica da demanda efetiva, que através da interação do multiplicador com uma função investimento permite deduzir um mecanismo de flutuações cíclicas inerentes às economias capitalistas. A seleção das variáveis agregadas de que esse autor faz uso — a saber, investimento bruto, consumo dos capitalistas e consumo dos assalariados —, além de tornar explícito o papel da distribuição funcional da renda, variável “passiva” (condicionante, porém não determinante) para a lógica de funcionamento da economia, abre ainda a perspectiva de uma análise setorial dinâmica baseada nas características diferenciadas de estrutura e movimento dos macrossetores (departamentos) correspondentes a essas variáveis. Dessa feliz combinação entre agregados e setores produtivos resulta uma ampla gama de possibilidades de integração analítica dos níveis macro e microeconômico — ou, em outras palavras, entre as categorias de demanda e as da estrutura da produção, onde os aspectos específicos de cada setor produtivo podem ter o seu lugar na explicação do movimento da economia.

Trataremos em seguida de desenvolver, em linhas bastante gerais, em primeiro lugar, uma interpretação da formulação kaleckiana do princípio da demanda efetiva, destacando especialmente as condições para a sua vigência e os tipos de concepções que ela contraria (usualmente enfeixados sob o título genérico de “Lei de Say”). Em segundo, procuraremos apontar os elementos mais importantes da visão de Kalecki sobre a dinâmica capitalista, o que nos remeterá a dois tipos básicos de construção teórica: uma análise do mecanismo de seu modelo de ciclo, indicando também algumas de suas limitações, e uma apreciação exploratória do esquema analítico de três departamentos (também chamado indevidamente de “equações marxistas de reprodução”), assinalando o seu extraordinário potencial como instrumento heurístico de investigação do comportamento das economias capitalistas, sob variados aspectos.

## 2 — O princípio da demanda efetiva numa formulação geral

“A produção de mercadorias é a causa universal e única que cria um mercado para as mercadorias produzidas. . . . A capacidade aquisitiva de uma nação é medida exatamente por sua produção anual. Quanto mais se aumenta a produção anual, mais se aumentará, por esse motivo, o mercado nacional. . . . A procura de uma nação é sempre igual à produção dessa nação”.<sup>4</sup> Esta citação de James Mill, tida como precursora da Lei de Say, não só é compatível com esta como até mesmo com o princípio da demanda efetiva, por paradoxal que isto pareça. Não passa de um truísmo, que expressa a identidade contábil (isto é, *ex-post*) entre produto, renda e despesa.

A Lei de Say propriamente dita só aparece na 2.<sup>a</sup> edição de seu livro,<sup>5</sup> na famosa passagem em que ele afirma que “a mera circunstância da fabricação de um produto abre imediatamente um mercado para outros produtos”. Esta proposição não mais se reduz a uma simples tautologia, mas envolve uma relação de determinação causal, a saber: a de que a produção cria uma demanda equivalente.

Há dois nexos perdidos no raciocínio anterior, dado que essa relação aparentemente simples encobre na realidade uma cadeia de raciocínio. O primeiro elo desconsiderado consiste na relação entre renda (ou ganho) e despesa, que aparecem como duas faces de um mesmo fenômeno. Sob esse aspecto, refutar a Lei de Say consiste em demonstrar que se trata de dois fenômenos de natureza distinta. O segundo corte a ser introduzido implica a distinção entre produção e realização, falsamente identificadas naquele raciocínio. A produção só é capaz de gerar uma renda equivalente se integralmente realizada, ou seja, em última análise é a realização e não a produção como tal a responsável pela criação do poder de compra.

<sup>4</sup> J. Mill, *Commerce Defended* (Londres, 1808), transcrito de M. Dobb, *Political Economy and Capitalism* (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1940).

<sup>5</sup> J.-B. Say, *Traité d'Economie Politique* (2.<sup>a</sup> ed.; Paris, 1814), citado da tradução inglesa *A Treatise of Political Economy* (Londres, 1821), citada por Pasinetti, *op. cit.* Um levantamento bastante completo das origens históricas e implicações teóricas e práticas da Lei de Say pode ser encontrado em Miglioli, *op. cit.*

No que se refere à distinção entre ganho e despesa, cabe observar, de início, que não está em questão sua necessária igualdade *a posteriori*, mas sim a ordem causal de determinação apontada por Say e raramente explicitada por seus adeptos. Estes em geral se limitam a aceitar como evidente a referida identidade, mas na verdade utilizam-na como relação unilateral no sentido de Say. Tal vício em geral se deve a uma visão de “senso comum”, pela qual o capitalismo (ou uma economia mercantil) pode ser estudado à luz do comportamento cotidiano dos indivíduos — em geral, consumidores — ou suas famílias. Só nesse caso se justifica tomar o rendimento como uma magnitude dada, e a despesa como um resultado desta, num montante necessariamente idêntico.

A experiência das empresas capitalistas e mesmo dos consumidores de maior nível de renda, ao contrário, através de dispêndios acima do rendimento corrente, dá indicações sistematicamente opostas às acima referidas. Estas últimas, a bem dizer, não passam de um “senso comum dos pobres” — ou, talvez, de economistas do início do século XIX, quando a inexistência de um sistema de crédito plenamente desenvolvido, paralelamente à possibilidade de autofinanciamento de boa parte das atividades das empresas de então, talvez justificasse, a um nível meramente empírico, a idéia da magnitude da renda como uma restrição ao gasto. Inversamente, a possibilidade de que a despesa fique aquém do rendimento imediatamente anterior para boa parte das unidades econômicas, em particular as empresas capitalistas, é assegurada pela presença do dinheiro com todas as funções que assume na economia capitalista, e não somente como instrumento passivo que facilita as trocas, o que reduz a economia capitalista a um sistema de trocas simples, onde a produção é voltada para o consumo.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Como supõe D. Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation* (1821), pp. 290-292 (3.<sup>a</sup> ed. editada por P. Sraffa; Cambridge U. P., 1951): “Ninguém produz senão com o objetivo de consumir ou vender e ninguém vende senão com a intenção de comprar outra mercadoria, que lhe pode ser imediatamente útil ou que possa contribuir para a produção futura... Os produtos são sempre comprados por produtos ou por serviços; o dinheiro é apenas o meio pelo qual a troca é efetuada”.

Visto que são dadas na economia capitalista as condições de possibilidade de que o dispêndio de uma unidade econômica seja diferente (maior ou menor) do nível do rendimento auferido, resta verificar em que medida pode esperar-se que essa possibilidade se realize. Ao nível da unidade econômica, tal possibilidade decorre do fato de que as decisões de gasto — em consumo ou em investimento, por exemplo — são logicamente independentes da renda. Entretanto, poderia ocorrer através de algum mecanismo de ajuste automático a compensação entre os distintos saldos individuais, de modo que o gasto agregado viesse a corresponder ao nível de renda previamente estabelecido. Acontece que um ajustamento desse tipo de nenhuma forma pode ser considerado como evidente; pelo contrário, todas as tentativas realizadas nessa direção pelos autores neoclássicos são insustentáveis, na medida em que partem da resposta, a saber, que a despesa global deve de algum modo ajustar-se ao nível prévio da renda global. Nesse sentido, por exemplo, qualquer função investimento, por mais simplista e arbitrária que seja, só por “acaso” levaria o investimento agregado a coincidir com a diferença entre o nível de renda anterior e o consumo total.

O núcleo do argumento precedente pode ser então expresso da seguinte maneira: o nível agregado de um tipo qualquer de dispêndio — por exemplo, o investimento — decorre de um conjunto de decisões independentes, tomadas pelas unidades econômicas, que não guardam relação necessária com o nível de renda. Em consequência, o montante desse dispêndio também resultará, em princípio, independente do nível prévio de renda. Logo, uma vez que a identidade entre renda e dispêndio agregados deve necessariamente ser mantida em qualquer período de tempo, conclui-se que, a nível agregado, o dispêndio determina a renda, e não o contrário. É nesse contexto que se coloca a frase de Kalecki, segundo a qual “é claro que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num período que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais. Portanto, são suas decisões quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa”.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> M. Kalecki, *Theory of Economic Dynamics* (Londres: George Allen & Unwin, 1954), p. 46.

Passemos a tratar da segunda distinção assinalada anteriormente, qual seja, a existente entre produção e realização. Embora ambas sejam duas faces inseparáveis do mesmo processo,<sup>8</sup> do ponto de vista da geração de renda ou poder aquisitivo é a realização, em última análise, o elemento determinante.

A argumentação anterior procurou enfatizar o caráter unidirecional do sentido de determinação das variáveis agregadas. Assim, em lugar da identidade entre produção e demanda, de Say e Ricardo, onde implicitamente a primeira sempre cria a segunda em grandeza equivalente, passamos a ter uma cadeia de relações de determinação. Esta última parte dos itens de gasto como “variáveis independentes”, os quais explicam a demanda efetiva global, é que realizará um certo volume de produção; este, por sua vez, gera, sob a forma de lucros brutos e salários, o montante de rendimentos que, em conjunto, equivalerão ao dispêndio efetuado no período considerado. Dentre as inúmeras implicações teóricas da mudança de perspectiva associada à formulação anterior do princípio da demanda efetiva, em contraposição à Lei de Say, destacam-se as conseqüências que se podem deduzir para a análise da dinâmica capitalista. Enquanto no âmbito da Lei de Say os condicionantes do movimento da economia tenderiam a situar-se exogenamente ao processo econômico como tal,

<sup>8</sup> Como observou corretamente Tavares, “Ciclo e Crise...”, *op. cit.*: “Uma das afirmações que mais tem dado lugar a confusão [é a de que] a mais-valia só pode ser gerada na ‘órbita da produção’ e só pode ser ‘realizada’ na ‘órbita da circulação’. Que significa isso? Significa, por acaso, que na produção capitalista *primeiro* se gera a mais-valia e *depois* esta se converte em lucro...?” (p. 45); “A ‘conversão’ de ‘sobre-trabalho’ em mais-valia decorre, porém, de uma relação social de produção, o ‘capital’, que converte o trabalho em trabalho assalariado, o que lhe permite *apropriar* privadamente os frutos da produtividade social do trabalho. Essa apropriação da mais-valia sob a *forma de lucro* não se dá, porém, num esquema ‘abstrato de produção’ separado da acumulação de capital, da concorrência capitalista e da valorização em dinheiro dos ‘elementos constitutivos do capital’” (p. 46). De acordo com a própria concepção de valor e mais-valia como categorias sociais, não tem sentido isolar o processo de sua produção da correspondente realização, já que eles têm de ser necessariamente sancionados pelo conjunto da economia; caso contrário, a rigor, sequer terão sido produzidos. Nesta circunstância, o trabalhador submetido ao processo de produção capitalista não se distinguiria do trabalhador doméstico que presta serviços pessoais ao patrão.

uma vez que a produção, ao garantir sua própria realização, não encontra obstáculos a não ser a eventual escassez de recursos produtivos, sob a ótica da demanda efetiva a investigação dos mecanismos de tal movimento passa a contar com elementos internos ao próprio processo de acumulação de capital, dado o papel crucial que o investimento é levado a assumir neste caso.

Até aqui consideramos a formulação mais geral do princípio da demanda efetiva, sem recorrer a qualquer instrumental analítico específico que o incorporasse. Examinaremos adiante as linhas gerais da forma pela qual Kalecki introduz essa questão, contrastando-a, quando necessário, com o correspondente instrumental analítico empregado por Keynes.

Antes, porém, tentaremos abordar, ainda em âmbito geral, os pressupostos de operação do princípio da demanda efetiva, em vista das recorrentes tentativas de autores "keynesianos" — aliás, inteiramente im procedentes — de impugná-lo a partir da versão de Keynes. Isto requer um levantamento dos principais mecanismos de equilíbrio e "ajustamento espontâneo" que os partidários (conscientes ou não) da Lei de Say tentaram elaborar ao longo de muitas décadas.

### 3 — Algumas controvérsias sobre as condições de funcionamento da demanda efetiva

A condição prévia fundamental de validade do princípio da demanda efetiva aplicado à determinação do nível do produto real está associada à elasticidade da produção em relação à demanda. Isto significa que, existindo capacidade ociosa, uma variação na demanda efetiva pode conduzir a uma modificação no mesmo sentido — embora não necessariamente de forma exclusiva — na produção real, através da variação no grau de utilização da capacidade produtiva. Assim, o decisivo para a sua operação não é uma rigidez absoluta dos preços, mas o fato de que um deslocamento na demanda não

venha a se transferir integralmente para os preços.<sup>9</sup> Mesmo no caso de uma situação competitiva, com concorrência em preços, a inércia própria ao funcionamento de um mercado no que se refere à alteração dos preços estabelecidos — que supõe decisões individuais descoordenadas — bastaria para assegurar uma reação da oferta em termos reais. Contudo, um nível médio mais elevado de capacidade ociosa, por estar geralmente associado à menor flexibilidade dos preços e maior elasticidade da produção, deverá tornar mais eficaz esse mecanismo.

Entretanto, de um ponto de vista dinâmico, as condições acima referidas não são suficientes para estabelecer limites de aplicação ao princípio da demanda efetiva. A elasticidade da produção e a existência de capacidade ociosa são requisitos essenciais para que o nível de produção real possa ajustar-se a curto prazo ao nível da demanda efetiva. Nesse período de curta duração, em que se supõe dada a capacidade produtiva, a operação desse processo — basicamente, o efeito multiplicador keynesiano — tem a virtude de evidenciar o modo pelo qual a renda real é determinada pelo gasto. Embora esta seja a forma mais freqüente de apresentar o princípio da demanda efetiva, cabe notar que ela o restringe a um marco estático, ao supor constante a capacidade produtiva. Pode e deve, portanto, ser estendida a aceção desse conceito, de forma a incorporar ampliações da capacidade produtiva subseqüentes a um aumento inicial da demanda, quer através de uma elevação do grau de utilização da capacidade, quer devido à maior rentabilidade associada a preços

<sup>9</sup> A flexibilidade de preços não é a rigor um obstáculo para o funcionamento da demanda efetiva, em sua aceção mais geral. A discussão sobre este ponto, que foi introduzida pelos “keynesianos”, denota uma deturpação das idéias do próprio Keynes, expostas no Capítulo 20 da *Teoria Geral*, onde ele apenas levanta a possibilidade de que, quando a demanda efetiva se dirige a setores de baixa elasticidade de produção, o aumento desta é acompanhado de elevação dos preços. Para refutar essa suposta necessidade de inflexibilidade de preços para a operação da demanda efetiva, seria “suficiente abandonar a... forte suposição de um ajustamento instantâneo de preços. Sistemas com velocidades finitas de reação dos preços apresentam respostas do tipo do multiplicador keynesiano a modificações iniciais na taxa de dispêndio nominal”. Ver A. Leijonhufvud, “Keynes and the Keynesians: A Suggested Interpretation”, in *American Economic Review*, vol. 57, n.º 2 (1967), reproduzido em R. W. Clower (ed.), *Monetary Theory* (Middlesex: Penguin, 1969), p. 300.

mais altos. Neste último caso, o efeito dinâmico de uma variação da demanda efetiva estaria presente mesmo em se tratando de um mercado competitivo operando a plena capacidade.

A questão da elasticidade da produção e da inflexibilidade dos preços não é a única habitualmente apontada como pré-requisito para a operação do princípio da demanda efetiva no âmbito da determinação do nível da produção real, no contexto da análise keynesiana. Ao contrário, costuma-se destacar dois outros tipos de inflexibilidade: a dos salários nominais e a da taxa de juros. É importante observar, entretanto, que ambos são colocados usualmente pelos críticos neoclássicos da teoria keynesiana no contexto da discussão dos possíveis mecanismos de *adaptação automática* do nível da demanda efetiva a um nível de renda previamente estabelecido. Por esse motivo, não podem ser consideradas *precondições* (“passivas”) para a operação do princípio da demanda efetiva — tal como a existência de capacidade ociosa —, senão como instrumentos (“ativos”) impostos *ad hoc* para *anular* a possibilidade de vigência desse mesmo princípio.<sup>10</sup> Neste sentido, não julgamos necessário alongarmo-nos num exame mais detido e exaustivo dos diversos mecanismos neoclássicos de ajuste da demanda à renda, mas apenas observar que se

<sup>10</sup> Esta distinção pode ser melhor esclarecida com a seguinte ilustração: dizer que “um carro só pode fazer um dado percurso porque a estrada existe” é muito diferente de dizer que “ele só fará este percurso se não cair uma barreira na estrada”. Exemplos eloqüentes destas tentativas incansáveis de antepor obstáculos à lógica de operação da demanda efetiva são dados por A. C. Pigou. *Employment and Equilibrium* (Londres, 1941), J. Hicks. “Mr. Keynes and the ‘Classics’: A Suggested Interpretation”, in *Econometrica*, vol. 5 (1937), e G. Haberler, “The ‘General Theory’ 10 Years After”, in R. Lekachman (ed.). *Keynes’ General Theory, Reports of Three Decades* (Nova York: St. Martin’s Press, 1964), apenas para ficar nos mais conhecidos. A formulação keynesiana do princípio da demanda efetiva é deste modo reduzida às “inflexibilidades” — de preços, salários e juros —, como nota, por exemplo, Leijonhufvud, *op. cit.*, p. 300: “A hipótese forte de salários ‘rígidos’ não é necessária à explanação de um tal comportamento [efeito multiplicador] do sistema... Não é necessário, ademais, apoiar-se em ‘monopólios’, sindicatos, leis de salário mínimo, ou outras restrições institucionais... a fim de explicar uma velocidade de preço finita. Keynes, em contraste com muitos economistas modernos, se opunha de modo intransigente às teorias que atribuíam a ‘culpa’ pelas depressões a tais obstáculos ao ajuste de preços. A proposição implícita de que, se a ‘concorrência’ pudesse ser restaurada, as ‘forças automáticas’ se incumbiriam do problema do emprego era uma de suas abominações prediletas”.

trata de uma tentativa de transformar, indevidamente, a relação unilateral proposta por Keynes num processo aparente de “determinação simultânea” da demanda e da renda. Por trás disso está a reintrodução da familiar hipótese de pleno emprego, a qual requer, ademais, não a “simultaneidade” da fixação dos níveis de renda e demanda, mas sim, como é típico da Lei de Say, um sentido causal unilateral da primeira variável para a última.

#### 4 — A demanda efetiva segundo Kalecki

A formulação geral do princípio da demanda efetiva que esboçamos acima dispensou maiores considerações com respeito ao tipo de instrumento de análise mais adequado à sua correta exposição e à abertura de possibilidades de sua aplicação. Com isso procuramos identificar claramente o cerne desse conceito, destacando o que lhe é essencial daqueles aspectos que ocupam um lugar secundário, no sentido de merecerem ou não consideração, dependendo do contexto em que são utilizados. Não obstante, as particularidades de cada forma de apresentação desse conceito não são irrelevantes. Muito ao contrário, tanto podem dar margem à ampliação de oportunidades de elaboração teórica e aplicações específicas como, alternativamente, obscurecer suas proposições centrais, tornando-as mais susceptíveis e mesmo vulneráveis à crítica.

A apresentação de Kalecki do princípio da demanda efetiva pode ser encontrada em várias passagens de sua obra. Uma das menos conhecidas, porém mais ilustrativas, do seu pensamento o contrapõe diretamente à Lei de Say, da seguinte forma: “Uma doutrina que excluía a superprodução geral fazia o sistema capitalista aparecer como sendo capaz de uma plena utilização dos recursos produtivos e desprezava as flutuações cíclicas como sendo insignificantes fricções. Essa apologética era facilitada pela aplicação à economia como um todo da experiência da economia individual, na qual claramente um consumo menor significa uma poupança maior. Mas, enquanto a renda de um indivíduo é fixa, a renda nacional num sistema capitalista é determinada pelas decisões de consumo e de investimento, sendo que uma queda de qualquer um destes componentes de modo

nenhum leva automaticamente a um aumento de outro. Assim, a experiência individual não corresponde ao curso da economia como um todo. Em outras palavras, a Lei de Say era um dogma escorando os fundamentos do capitalismo, e que era facilitado pela aplicação da experiência individual cotidiana ao sistema econômico".<sup>11</sup>

Para os conhecedores da obra de Kalecki, a citação anterior chama a atenção justamente por incluir entre os itens da demanda efetiva apenas o investimento e o consumo total, à maneira keynesiana, fazendo abstração da distribuição funcional da renda. Esta última, no entanto, possui um lugar destacado na sua construção teórica, o que lhe permite explicar o papel decisivo do investimento na determinação do nível da renda sem precisar recorrer a uma "função consumo" agregada. Isto é possível uma vez admitido que a distribuição da renda entre lucros e salários não depende dos mesmos fatores que incidem sobre a demanda efetiva, podendo ser considerada como um parâmetro estrutural, *com o que se torna arbitrária qualquer tentativa de construção de um mecanismo automático de ajustamento entre demanda e renda pela mudança na distribuição*. A função consumo agregada (keynesiana), embora desempenhe um papel análogo, apresenta o inconveniente de não se apoiar numa base estrutural tão sólida, o que a expõe mais facilmente quer a interpretações dúbias, de tipo psicológico ou meramente empírico, quer à penetração sub-reptícia de processos neoclássicos de ajustamento que trazem de volta a Lei de Say.<sup>12</sup>

O fato de que a distribuição da renda não seja para Kalecki uma função dos mesmos determinantes dos itens de demanda efetiva, e que conseqüentemente possa ser tomada como algo "dado", não

<sup>11</sup> M. Kalecki, "Why Is Economics Not Yet an Exact Science?", in *Polish Perspectives* (setembro de 1964), discurso proferido na Universidade de Varsóvia, citado em Migloli, *op. cit.*, p. 4.

<sup>12</sup> Duas formas básicas da reintrodução da Lei de Say no contexto da função consumo são: a) o "efeito Pigou", através da variação dos preços e, por este meio, da própria propensão a consumir; e b) a parafernália hicksiana que, com auxílio das curvas IS-LM, recoloca a poupança como função da taxa de juros, destruindo o caráter autônomo do investimento e, com isso, transformando Keynes num "caso particular" da ortodoxia neoclássica. Ver Hicks, *op. cit.*, e, por exemplo, a crítica de Pasinetti, *op. cit.*, pp. 46-47, que denuncia a conversão dos argumentos de Keynes num sistema tipicamente neoclássico de equações simultâneas — isto é, exatamente o que Keynes não queria que fossem.

significa em absoluto que ela seja considerada rígida ou constante. Sendo explicada fundamentalmente por fatores estabelecidos ao nível microeconômico, isto é, pelas condições de concorrência nas indústrias ou mercados (destacando-se o conceito de “grau de monopólio”), a distribuição poderá modificar-se na dependência de variações destas condições. Por exemplo, um aumento de salários acompanhado de maior poder de barganha dos trabalhadores *vis-à-vis* as empresas pode, segundo Kalecki, traduzir-se numa mudança da distribuição da renda em favor dos trabalhadores. Tal modificação, entretanto, não terá sido efetuada em detrimento do nível agregado dos lucros, porquanto este último não guarda qualquer relação de dependência direta com os salários — a menos que não se pretenda descartar a Lei de Say. Como expôs Kalecki, os lucros globais são iguais e determinados exclusivamente pelo gasto dos capitalistas em consumo e investimento, e daí só poderem variar com uma alteração destes últimos. Logo, no presente exemplo, o único resultado imediato do suposto aumento de participação dos salários na renda terá sido um aumento do próprio nível de renda.<sup>13</sup>

13 Kaldor é um dos autores de extração keynesiana que utiliza mais explicitamente a distribuição da renda como um instrumento de análise. Em alguns momentos, mostra que seu uso como “variável” ou como “dado” tem implicações diametralmente opostas, adotando a análise do multiplicador feita por Keynes. Porém esse autor utiliza a distribuição da renda ao mesmo tempo em outra acepção — de variável de ajuste a um nível de renda dado —, como se isso fosse compatível com a demanda efetiva — ver, por exemplo, N. Kaldor, “Capitalist Evolution in the Light of Keynesian Economics” (“Peking Lecture”), in *Essays on Economic Stability and Growth* (Duckworth, 1960), p. 235 —, e supõe ainda que este ajuste da distribuição se dê ao nível do pleno emprego, graças a uma hipotética flexibilidade maior dos preços em relação à dos salários. O mesmo papel de ajustamento é atribuído por Kaldor à distribuição da renda nas várias apresentações de seu modelo de crescimento, ao permitir variar a propensão média global a poupar. Cabe apontar a forte analogia, quanto a seu resultado, deste mecanismo de ajuste (pelo consumo e pela flexibilidade dos preços) em relação ao chamado “efeito Pigou”, embora formulado de modo aparentemente mais aceitável ao prescindir de hipóteses de tipo psicológico sobre o comportamento do gasto em consumo. Mas a principal novidade do modelo de Kaldor está na “dinamização” da Lei de Say, onde esta passa a garantir não apenas o fato de que a renda de pleno emprego determina no curto prazo a demanda efetiva que lhe é compatível, mas sim a própria taxa de crescimento adequada à manutenção do pleno emprego ao

Tendo em vista a importância da distribuição da renda não só para a teoria da demanda efetiva como para a própria análise da dinâmica capitalista em Kalecki, convém examinar mais demoradamente os determinantes da distribuição por ele estudados.

O ponto de partida da teoria da distribuição de Kalecki é a construção de uma base microeconômica para essa teoria.<sup>14</sup> A formulação desse suporte microeconômico centrou-se na questão da formação de preços e margens de lucro em condições de mercado oligopolistas ou semelhantes. A idéia fundamental é a de que, nessas condições de mercado, os preços de cada firma são determinados a partir dos custos unitários — e, mais especificamente, pelos custos diretos unitários (salários e matérias-primas).<sup>15</sup> A margem de lucro bruto estabelecida por essa relação entre preço e custo direto unitário deverá em princípio refletir essencialmente o poder de mercado de cada empresa em relação às concorrentes. Isto exprime a inflexibilidade dos preços (se os custos diretos não se alteram) tanto à redução, devido ao risco de desencadear uma intensa concorrência em preços, como à elevação, diante da possibilidade de perda de

longo do tempo. Surpreende, assim, que Kaldor chegue a sustentar, em contraste a Ricardo, que, “aqui, os salários (não os lucros) são os resíduos” — ver N. Kaldor, “Alternative Theories of Distribution”, in *Review of Economic Studies*, vol. 23 (1955/56) —, afirmativa esta que sequer pode ser atribuída à teoria da distribuição da renda de Kalecki, por exemplo. Acreditamos que este equívoco deriva da ausência de uma verdadeira teoria da distribuição em Keynes, que por isso se viu forçado a adotar os postulados neoclássicos acerca da determinação do salário real pela produtividade marginal do trabalho — ver, por exemplo, Keynes, *op. cit.*, Cap. 2, p. 10.

<sup>14</sup> Dizemos base e não teoria microeconômica porque acreditamos que Kalecki não teve a pretensão de formular uma teoria microeconômica completa, limitando-se aos aspectos essenciais à determinação dos preços em condições de oligopólio, necessários para sustentar suas proposições relativas à distribuição e, por meio desta, à demanda efetiva e à análise dinâmica.

<sup>15</sup> Esta proposição é calcada, como reconhece o próprio Kalecki, no chamado princípio do “custo pleno” (*full cost*), não obstante algumas diferenças particulares — ver Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*, p. 18, e R. Hall e C. Hitch, “Price Theory and Business Behaviour”, in *Oxford Economic Papers*, n.º 2 (1939). A racionalidade deste princípio está, como mostra P. Sylos-Labini, *Oligopólio e Progresso Técnico* (Torino: Einaudi, 1956), Cap. 3, especialmente referida às variações dos preços como decorrência de variações nos custos.

mercado para concorrentes efetivos ou potenciais — se o nível das barreiras à entrada no mercado (usando um conceito alheio a Kalecki) não se ampliar. Deste modo, é possível a Kalecki definir um conceito de grau de monopólio que reflita as condições anteriores, cuja medida pode ser efetuada através da relação preço/custo direto unitário.

O poder de fixação de preços que se manifesta no grau de monopólio não depende apenas das relações de concorrência entre as empresas. Este poder é exercido igualmente sobre os trabalhadores, refletindo em toda a sua extensão o significado do processo de formação de preços no capitalismo e, mais especificamente, em situações de mercado em oligopólio. A medida do grau de monopólio na forma adotada por Kalecki torna explícita, de modo sintético, a complexa relação, ao nível econômico, entre uma dada empresa e suas concorrentes, as empresas fornecedoras de seus insumos e os trabalhadores. Além disso, deve principalmente ser encarada do ponto de vista dinâmico, onde ela aparece com o caráter de *mark-up*, ou seja, o movimento pelo qual os preços são modificados a partir do comportamento dos custos primários.

Na medida em que o conceito de grau de monopólio exprime não só a concorrência entre capitalistas, como também o confronto entre estes e os trabalhadores, contém em si o processo pelo qual se dá a distribuição da renda entre lucros e salários a nível de empresa. Portanto, a introdução desse conceito numa teoria de distribuição não é um mero artifício arbitrário na construção de um modelo, senão que, muito ao contrário, representa na verdade uma forma adequada de explicitação de uma realidade da economia capitalista.

As considerações anteriores, além de permitirem fundamentar a teoria da distribuição de Kalecki ao nível das condições estruturais da concorrência, têm a virtude adicional de complementar a idéia corrente, já expressa por nós, de que a distribuição atua como um parâmetro no contexto da demanda efetiva. Assim, essa teoria não somente tem caráter instrumental para com o princípio da demanda efetiva, como ainda o transcende ao representar, em si mesma, uma importante contribuição no sentido de enriquecer sua análise do capitalismo.

A análise da distribuição da renda constitui uma das formas em que Kalecki introduz as classes sociais no corpo de sua teoria. Nesse contexto, as classes aparecem enraizadas nos elementos fundamentais do processo econômico capitalista, envolvendo tanto as relações de produção como as de concorrência. Existe, entretanto, outra forma pela qual Kalecki apresenta a separação entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista, forma esta mais popularizada e especificamente vinculada à demanda efetiva, sintetizada na famosa frase: “Os trabalhadores gastam o que ganham, enquanto os capitalistas ganham o que gastam”. Desse ponto de vista, a distinção entre capitalistas e trabalhadores consistiria unicamente na capacidade de uns e na impossibilidade de outros para efetuar seus gastos de forma independente do nível de renda individual. Esta última conceituação das classes, a rigor, não guarda uma correspondência necessária com a primeira, e deste modo se diferencia claramente daquela formulada por Marx, embora sem excluí-la. Em outras palavras, não se trata realmente de uma definição das classes, mas de uma hipótese de comportamento que, além de ser razoavelmente realista, facilita enormemente a exposição de sua concepção da demanda efetiva.

Examinemos mais detidamente esse ponto. A hipótese anterior, expressa por Kalecki ao supor que “os trabalhadores não poupam”, deve ser ampliada para excluir também a possibilidade de os trabalhadores gastarem acima de seu nível de renda, ou seja, que possam endividar-se para financiar um consumo superior ao salário corrente. O que essa idéia dá a entender, na verdade, é uma diferenciação qualitativa e não apenas de grau entre trabalhadores e capitalistas quanto à “autonomia” do seu gasto em relação ao rendimento, com o que implicitamente se caracteriza o trabalhador, no que se refere à demanda efetiva, como “aquele que gasta o que ganha” — *por definição*. Entretanto, a introdução de hipóteses menos drásticas acerca do comportamento dos gastos dos assalariados, entre outros — independentemente do grau de realismo que se lhes atribua —, não prejudica, no essencial, a formulação do princípio da demanda efetiva, mesmo nos termos em que é proposto por Kalecki.

Assim, numa situação em que se considere que o consumo dos assalariados não sofre limitação por parte do nível dos salários, não

haveria mais uma diferença de qualidade, senão que apenas de grau, entre o gasto dos trabalhadores e o dos capitalistas, de modo que o primeiro seria tão “autônomo” como o último. Neste caso, contudo, a possibilidade de poupança a partir dos salários rompe a igualdade entre gasto dos capitalistas e lucro agregado, embora não invalide o sentido (e a própria existência) de uma determinação das variáveis de renda pelas de gasto. Este último, além do investimento e do consumo dos capitalistas, passa a incluir o consumo dos assalariados como variáveis (em princípio) independentes. Uma vez fixado o nível de cada um desses itens de gasto, basta considerar como “dada” a distribuição da renda (na forma anteriormente indicada) e a proporção dos salários gasta em consumo (“propensão a consumir” dos assalariados), que resultarão perfeitamente determinados os lucros, os salários e, portanto, a renda agregada. Note-se, aliás, que não se está introduzindo nenhuma hipótese adicional — no caso a “propensão a consumir” dos assalariados — em relação à construção original de Kalecki, mas apenas reformulando a suposição de que essa mesma “propensão” fosse necessariamente igual a 1. Assim, esta última tem unicamente o caráter de uma hipótese simplificadora, análoga à não consideração do saldo do comércio exterior e do *deficit* do setor público, cuja eliminação tem por efeito tão-somente a desigualdade entre o gasto capitalista e o lucro agregado, sem jamais interferir na sua ordem de determinação causal.

Uma vantagem importante da suposição feita por Kalecki está na simplicidade que ela lhe permite na exposição da forma pela qual os gastos dos capitalistas em consumo e investimento determinam o montante dos lucros que recebem em conjunto, explicando ao mesmo tempo o nível global dos salários e da produção. Como, por exemplo, o seguinte trecho: “[Na hipótese de que os salários são iguais ao consumo dos trabalhadores, este] não pode ir além ou ficar aquém do montante de salários. Com as despesas dos capitalistas não há essa limitação. Eles podem aumentar, no período seguinte, seu consumo ou suas aplicações em investimento além de sua renda atual, utilizando-se de crédito ou de suas próprias reservas monetárias. Podem também gastar em consumo e investimento menos do que sua renda atual, para pagar dívidas ou ampliar suas reservas.

Mas, se gastarem mais ou gastarem menos, a igualdade acima nos mostra claramente que a renda dos capitalistas como um todo deve aumentar ou diminuir exatamente quanto aumentaram ou diminuíram suas despesas. A produção global deve elevar-se até o nível no qual [dada a distribuição da renda] a renda obtida pelos capitalistas dessa produção se iguala à sua ampliada despesa em consumo e investimento”.<sup>16</sup>

A clareza do texto anterior deve-se principalmente à possibilidade de tratar o montante dos lucros como idêntico ao gasto capitalista, decorrente das hipóteses simplificadoras de consumo integral dos salários, economia fechada e sem governo. Note-se ainda que Kalecki se recusa a fazer qualquer referência à “poupança”. A consideração explícita do investimento como um gasto *capitalista* o conduz a tratar a parcela do lucro individual que os capitalistas não gastam na aquisição de bens de consumo e de investimento como destinada a relazer a sua posição financeira através de mudanças no ativo ou passivo (em particular, alterações nas dívidas e reservas). Na abordagem de Kalecki, portanto, seria preciso muito esforço para introduzir a habitual confusão, comum a muitos “keynesianos”, entre poupança – mero *resíduo agregado* – e a forma financeira em que os distintos capitalistas (empresários e rentistas) mantêm os seus saldos correntes<sup>17</sup> (aí incluído um possível “entesouramento” como caso particular).

A simplicidade, porém, não é sua única virtude; ela permite sobretudo a devida ênfase, sem prejuízo da precisão, à especificidade do gasto capitalista, o que torna desnecessário recorrer a conceitos de difícil e precária abordagem teórica, tais como a propensão a consumir para a economia como um todo e a relação de igualdade entre poupança e investimento. Ignorar a especificidade do gasto capitalista traduz-se, nesses casos, em fazer abstração da distribuição funcional da renda através do conceito de “função consumo” agregada e em encobrir a determinação do lucro pelo investimento – de importância crucial para a análise dinâmica – sob a igualdade investimento=poupança.

<sup>16</sup> M. Kalecki, “Money and Real Wages”, in *Studies in the Theory of Business Cycles* (Oxford: Basil Blackwell, 1966), p. 76.

<sup>17</sup> Ver Tavares, “Ciclo e Crise...”, *op. cit.*, Cap. I.

Essas considerações levam à conclusão de que, afinal, existe uma separação entre as classes sociais também ao nível da demanda efetiva. Não se trata simplesmente de destacar o fato (nem sempre evidente) de que os gastos de trabalhadores e de capitalistas se materializam em produtos distintos, com o que se teria uma mera diferenciação na demanda, e sim de que são classes de natureza diversa quanto à demanda *efetiva*. Sob este aspecto, o importante a reter é a idéia de que o gasto capitalista, ao contrário do consumo dos trabalhadores, é por excelência autônomo, o que se deve essencialmente ao fato de que só os capitalistas investem.

É verdade que no modelo de Kalecki<sup>18</sup> o consumo capitalista é considerado como função dos lucros e os salários são totalmente consumidos, de modo que a única variável agregada independente do nível de rendimento (salários, lucros e a renda global) é o investimento. A rigor, no entanto, pode-se legitimamente colocar a hipótese de que o consumo capitalista também seja, dentro de certos limites, um gasto autônomo, na medida em que as condições que tornam possível a autonomia do investimento — fundamentalmente, o sistema de crédito — também podem aplicar-se, em menor grau, ao consumo. Com isto, a suposta dependência do consumo capitalista em relação ao lucro reduz-se a uma simples hipótese destinada a simplificar seu modelo, sem maior perda de realismo, não constituindo um requisito indispensável de sua teoria do lucro. De modo análogo, o consumo dos assalariados não teria por que ser necessariamente idêntico ao total de salários, notadamente em economias com maior nível de renda *per capita* e distribuição da renda menos concentrada, tornando mais indiferenciados os dois tipos de consumo e mais fluida sua distinção. Neste caso, o maior padrão de consumo dos trabalhadores torná-lo-ia semelhante, em termos da própria estrutura produtiva, ao consumo capitalista, permitindo reuni-los num só setor de bens de consumo em geral.<sup>19</sup>

O maior grau de autonomia do investimento tem como principal motivo seu comportamento tipicamente dependente das expectativas de rentabilidade, o que dá lugar a maiores margens de variação

<sup>18</sup> Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*, Cap. 4.

<sup>19</sup> Ver, sobre este ponto, Tavares, "Acumulação de Capital...", *op. cit.*, Cap. I.

frente ao nível de renda (lucro) corrente, em contraste com o comportamento característico do consumo. Esta independência se viabiliza através de um sistema de crédito suficientemente desenvolvido para possibilitar que as decisões de investimento, uma vez materializadas, possam, em conjunto, se autofinanciar, num dado período de tempo.<sup>20</sup> Entretanto, o que é específico do investimento e o distingue qualitativamente dos outros itens de gasto não é sua maior autonomia, mas o fato de, ao realizar-se, criar nova capacidade produtiva, ao invés de apenas ocupar a capacidade existente. É deste papel-chave do investimento como variável dinâmica que se deduz o caráter decisivo da diferenciação das classes no movimento do capitalismo, como expresso por Kalecki ao afirmar que “em certo sentido [os capitalistas] são ‘donos de seu destino’; mas a forma como o ‘dominam’ é determinada por fatores objetivos, tanto que as flutuações dos lucros parecem ser, afinal, inevitáveis”.<sup>21</sup>

Tendo ressaltado alguns aspectos do investimento na perspectiva da demanda efetiva, resta examinar brevemente as condições em que, nesse mesmo contexto, é possível elaborar hipóteses sobre o seu comportamento.

As várias versões da função investimento propostas por Kalecki ao longo de sua obra podem dar a entender, erroneamente, que só é possível tratar o investimento, no âmbito da demanda efetiva, tomando-o como variável agregada. O fato é que, ao contrário da renda e seus componentes (lucros e salários), cuja própria definição

<sup>20</sup> A idéia de que o investimento é sempre capaz de se autofinanciar dispensa Kalecki de fazer qualquer referência quanto à suposta necessidade de uma “poupança” prévia, mesmo sob a forma de reservas dos capitalistas. Neste sentido, a simples existência de um sistema de crédito é condição suficiente para permitir esse processo de criação de poder de compra adicional pelo investimento. Tal mecanismo aplica-se igualmente, em tese, aos demais tipos de gasto, sempre que se os considere autônomos; a discussão do problema do crédito habitualmente referida ao investimento deve-se ao fato de que este tem comportamento mais independente do nível de renda que os demais itens de gasto — além de que, evidentemente, é a variável econômica mais relevante. Ver M. Kalecki, “The Mechanism of the Business Upswing”, in *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy* (Cambridge U. P., 1971), pp. 29 e segs.

<sup>21</sup> M. Kalecki, “Outline of a Theory of the Business Cycle”, in *Selected Essays...*, *op. cit.*, p. 13.

e determinação pelo gasto se dão diretamente a nível agregado, o investimento (bem como outros tipos de dispêndio) se define primariamente a nível das unidades capitalistas, e quando tomado em conjunto é o simples resultado de uma agregação. Assim, a formulação de uma função investimento supõe implicitamente atribuir a cada uma das unidades capitalistas – ou, pelo menos, à sua média – um padrão homogêneo de comportamento no que diz respeito às decisões de investimento.

Na verdade, a demanda efetiva é perfeitamente compatível com distintas teorias das decisões de investimento, e até mesmo com a completa ausência de uma teoria desse tipo – caso em que o padrão atribuído ao investimento seria uma simples verificação estatística do efetivamente ocorrido. Em termos estritamente teóricos, pode-se afirmar que um raciocínio idêntico aplica-se a qualquer tipo de gasto, de tal modo que a definição prévia de certas variáveis agregadas de despesa não é uma exigência de natureza teórica geral, mas sim um recurso analítico de que cada autor dispõe conforme a sua visão do que é essencial para uma análise econômica do capitalismo.<sup>22</sup> Em conclusão, as deficiências que porventura se possam detectar na concepção kaleckiana das decisões de investimento não devem ser confundidas com os resultados do investimento quanto ao seu papel na demanda efetiva.

A consideração do investimento diretamente em termos agregados realmente deixa de lado aspectos de grande importância, entre os quais o fato de que as decisões de investimento são sempre tomadas sob o impulso de concorrência entre os capitalistas, o que, via de regra,

<sup>22</sup> No limite, poder-se-ia considerar todos os componentes do gasto, sem qualquer restrição, ao nível totalmente desagregado de microdecisões individuais. Uma aplicação prática menos drástica dessa proposição é sugerida por Pasinetti, *op. cit.*, Cap. 2, p. 41, por meio de um simples esquema de insumo-produto, com o qual demonstra de modo convincente a possibilidade de formular o princípio da demanda efetiva sem recorrer a qualquer agregado convencional. A única condição que a abordagem da demanda efetiva requer em termos agregados para a sua formulação é que o resultado da soma de todos os gastos efetuados num dado período determine univocamente o montante agregado da renda. Esta última pode então ser tratada teoricamente de distintas formas, dependendo das hipóteses que se façam sobre os mecanismos pelos quais se processa a sua distribuição.

acarreta para muitos setores uma ampliação da capacidade produtiva superior àquela induzida pelo simples crescimento da própria demanda efetiva, caso este se processasse sobre uma empresa isoladamente. Além disso, as diferenciações intersetoriais das escalas de produção e do padrão temporal de distribuição dos investimentos podem constituir importantes fatores de modificação das características de movimento da economia, que não transparecem ou são impossíveis de discernir numa função investimento convencional.

Embora críticas desse tipo possam ser dirigidas às versões da teoria das decisões de investimento em Kalecki — como, de resto, a quaisquer outras —, a formulação alternativa desse autor para o princípio da demanda efetiva com base no esquema de três setores cria possibilidades fecundas de recuperar a dimensão estrutural da dinâmica capitalista. Com efeito, a correspondência que ele estabelece entre as variáveis de gasto — investimento, consumo capitalista e consumo assalariado — e os respectivos setores (departamentos) de produção verticalmente integrados não restringe necessariamente a análise da dinâmica a uma mera influência “exógena” das variações da demanda final, na medida em que seus componentes não têm por que ser fixados de forma arbitrária, mas se afetam mutuamente.<sup>23</sup> Por outro lado, as relações de demanda intersetorial subsistem, ainda que apenas implicitamente, em cada um desses macrossetores. Finalmente, essa divisão da economia em três setores de demanda final apresenta inúmeras qualidades, a serem referidas posteriormente, entre as quais destaca-se a de permitir explicitar a decomposição da produção de cada departamento, sob a forma de renda, em lucros brutos e salários, partindo das condições peculiares às indústrias que o compõem, com suas características de concorrência e estrutura a nível microeconômico.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Este comentário visa a um tipo de objeção primária ao uso desses esquemas setoriais, que não vê mais que relações de igualdade ou “equilíbrio” entre os agregados, tornando-as tautológicas e esquecendo as relações de determinação subjacentes. São estas justamente que permitem a Kalecki utilizar tais esquemas para expressar o funcionamento do princípio da demanda efetiva.

<sup>24</sup> Isto só é possível porque sua divisão da renda em lucros e salários é significativa em si mesma. Já em Keynes seria praticamente impossível um aproveitamento semelhante de sua decomposição da renda em consumo e poupança, uma vez que estes são definidos de modo totalmente simétrico aos conceitos equivalentes pelo lado da despesa.

A teoria dos determinantes do investimento de Kalecki foi elaborada tendo em vista sua aplicação na construção de uma teoria da dinâmica cíclica, consubstanciada num modelo de ciclo econômico “puro”, em cujo contexto é recomendável que seja analisada. É o que faremos a seguir.

## 5 — Dinâmica capitalista em Kalecki: o ciclo econômico

Nosso propósito nesta seção é o de mostrar brevemente como Kalecki, partindo de uma teoria bastante simples dos determinantes do investimento, foi capaz de explicitar a dimensão dinâmica do princípio da demanda efetiva na economia capitalista de uma forma que certamente está entre as mais bem-sucedidas. A razão desse êxito foi a formulação de suas hipóteses de modo a destacar aqueles elementos que dão ao investimento papel determinante na dinâmica cíclica.

A idéia central de Kalecki sobre o movimento cíclico de uma economia capitalista pode ser sintetizada pela bem conhecida referência ao papel contraditório do processo de investimento ao gerar, de um lado, estímulos dinâmicos através da demanda efetiva e, de outro, na criação de nova capacidade produtiva que este mesmo processo simultaneamente engendra, e que terá de ser de algum modo ocupada a seguir, sob pena de dificultar o prosseguimento daquele mesmo impulso inicial. A conjunção de ambos os efeitos num padrão temporal *necessariamente* assimétrico dá lugar a um mecanismo que tende a gerar, endogenamente, flutuações no nível da atividade econômica. Nas palavras de Kalecki,<sup>25</sup> “. . . o investimento tem um efeito favorável sobre a situação econômica somente no tempo em que é efetuado e provê uma saída para o poder de compra adicional. De outro lado, o caráter produtivo do investimento contribui para o enfraquecimento da recuperação e finalmente a estanca, porque é a ampliação do equipamento de capital que. . . causa o colapso da expansão econômica. Encontramos aqui um dos mais notáveis para-

<sup>25</sup> Kalecki, “The Mechanism. . .”. *op. cit.*, pp. 31-32.

doxos do sistema capitalista. A ampliação do equipamento de capital, isto é, o aumento da riqueza nacional, contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova ser apenas potencial". O mesmo aspecto paradoxal do investimento foi apontado, entre muitos outros, por Domar<sup>26</sup> — embora em contexto diferente —, só para mencionar a referência mais conhecida.

Esse processo, através do qual se manifesta o caráter dual do investimento, quando aplicado à determinação das decisões de investir recebe o nome de "princípio do ajustamento do estoque de capital". A teoria do investimento de Kalecki, em qualquer de suas variantes, pode ser tomada, em sentido amplo, como uma aplicação particular aprimorada desse princípio. A proposição geral do mesmo é a de exprimir sinteticamente o fato de que o investimento, enquanto resultado da decisão de ampliar a capacidade produtiva das unidades capitalistas, responde a estímulos provenientes de uma expansão da demanda efetiva, por intermédio do efeito que esta exerce sobre a rentabilidade esperada do novo capital aplicado. Simetricamente, reagirá de maneira desfavorável frente à redução da rentabilidade associada ao incremento da capacidade produtiva decorrente do próprio investimento.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> E. Domar, "The Burden of the Debt and the National Income", in *American Economic Review*, vol. 34, n.º 5 (1944).

<sup>27</sup> O princípio do ajustamento do capital tem grande familiaridade com o conceito do acelerador. Ambos supõem que o comportamento do investimento reflete uma tentativa de parte das empresas de adequar a capacidade produtiva (indicada pelo estoque de capital) ao nível da demanda corrente. Entretanto, o primeiro, por ser mais geral, evita algumas das dificuldades encontradas na formulação rigorosa do princípio da aceleração, além do que este último pode ser deduzido daquele sob algumas hipóteses simplificadoras, o que o reduz a um simples caso particular. Ver, a respeito, R. C. O. Matthews, *The Trade Cycle* (Cambridge: J. Nisbet, 1959), Cap. 3, e Pasinetti, *op. cit.*, p. 49. A principal debilidade do acelerador consiste em supor que haja um ajuste perfeito do estoque de capital ao nível de renda prevalecente em períodos anteriores por meio de uma hipotética relação incremental capital/produto "normal" ou "desejada" pelo conjunto das empresas. A rigidez dessa suposição entra em flagrante conflito com o funcionamento real de uma economia capitalista, onde as decisões de investimento passam necessariamente pelos efeitos da concorrência (com a paralela ausência de planejamento, o que acarreta ora a amplificação ora a atenuação dos estímulos da variação na demanda corrente

A incorporação dos dois efeitos dinâmicos opostos do investimento, como exposto acima, no contexto de um mesmo modelo, torna possível mostrar que a sua interação no tempo pode dar lugar quer a uma tendência expansiva, quer a uma flutuação cíclica.<sup>28</sup> Para tanto, um modelo desse tipo deverá no mínimo incluir, de um lado, uma função investimento que exprima a influência positiva do nível de renda e negativa do estoque de capital, como proposto pelo princípio do ajustamento do estoque de capital, e, de outro, uma relação do tipo multiplicador que vincule a variação da renda a uma variação no investimento. Apesar da simplicidade das relações teóricas básicas envolvidas em tal formulação, podem, contudo, surgir dificuldades de interpretação dos parâmetros das equações utilizadas. Os coeficientes das variáveis presentes no modelo traduzem não só a sua influência sobre as decisões de investir tomadas pelas unidades econômicas (como uma função de comportamento), mas também são necessariamente condicionadas, em grande medida, pelo fato de que devem refletir o resultado da agregação de situações estruturais heterogêneas. Assim, por exemplo, os parâmetros deixam implícitas as disparidades entre distintos setores da economia quanto aos padrões de concorrência, distribuição da renda e escalonamento dos investimentos no tempo, bem como o papel diferenciado das expectativas, seja entre setores, seja entre países e períodos históricos distintos. Por conseguinte, a elaboração de tal modelo — como é habitual — supõe um difícil compromisso entre, de um lado, precisão e clareza analíticas e, de outro, o tratamento estatístico exigido para a especificação dos parâmetros.

Ao expressar sua teoria do comportamento cíclico do investimento através de modelos do tipo mencionado, Kalecki defronta-se com as mesmas dificuldades que vimos de apontar — a saber, as decor-

conforme as circunstâncias) e envolvem uma diversidade de estruturas temporais de investimento (prazo de maturação e de durabilidade do capital fixo). Para uma análise mais minuciosa desses aspectos, ver Matthews, *op. cit.*, Cap. 3.

<sup>28</sup> A possibilidade de que um mesmo modelo dessa natureza possa gerar, *alternativamente*, uma tendência de crescimento (explosiva ou amortecida) ou uma flutuação periódica (também de amplitude crescente, decrescente ou estável), em função de distintos valores dos coeficientes e na presença de um retardo temporal, foi exaustivamente demonstrada por Pasinetti, *op. cit.*, Cap. 3, p. 70, nota 17.

rentes da necessidade de conciliar o rigor e a concisão analíticos com a utilização de parâmetros que tenham um significado econômico definido. Infelizmente, nem sempre o autor logra demarcar claramente a separação entre esses dois aspectos que correm paralelamente na confecção de suas equações, o que por vezes leva leitores mais desatentos a confundir proposições de natureza teórica com restrições impostas *ad hoc* pelo modelo, imprescindíveis a uma adequada representação formal das mesmas. Tal incompreensão surge às vezes quanto à interpretação do significado do princípio do ajustamento do capital nas aplicações específicas que lhe dá Kalecki. Na verdade, traduzindo mais fielmente a idéia geral contida nesse princípio, na forma exposta acima, do que as formulações convencionais do mesmo, Kalecki representa o efeito dual do investimento enquanto demanda efetiva explicitamente por meio de variações na rentabilidade presente do capital, na medida em que ela exerce influência predominante sobre as expectativas de rentabilidade do investimento — o que não exclui obrigatoriamente a consideração dos estímulos associados à concorrência. Tais variações da taxa de lucros se processam como resultado implícito de mudanças no grau de utilização da capacidade produtiva instalada, em cada momento, e nunca como consequência de supostas modificações primárias nos custos, seja por efeito de alterações nos salários ou nos preços dos insumos, seja, muito menos, como reflexo de uma imaginária tendência a “rendimentos decrescentes” do capital.

Na primeira versão de seu modelo de ciclo, Kalecki<sup>29</sup> expõe, de forma simples e compatível com o quadro teórico anterior, a determinação das decisões de investimento. Mas, em lugar de apresentar essa determinação diretamente em termos do princípio do ajustamento do capital, a taxa de acumulação de capital é considerada como função da taxa de rentabilidade corrente do capital, enquanto indicador da rentabilidade esperada (onde a taxa de juros representa apenas uma restrição inferior), sendo desprezadas as demais influências.<sup>30</sup> Paralelamente, o nível dos lucros brutos é determinado

<sup>29</sup> Kalecki, “Outline of a Theory...”, *op. cit.*

<sup>30</sup> Esta maneira de expor a função investimento, embora não seja incorreta, pode levar a interpretações equivocadas da seqüência de suposições que Kalecki se vê obrigado em seguida a introduzir formalmente, para que ela venha a

pelo do investimento, e conseqüentemente pelas decisões de investir (“encomendas”) de períodos anteriores. O encadeamento lógico e temporal desses dois efeitos num só processo conduz a que o nível do fluxo de investimento num dado período de tempo seja uma função dos valores por ele assumidos em períodos anteriores, sem que com isso se esteja desconsiderando a influência (intermediária ou passiva) das demais variáveis. O movimento daí resultante, a que são simultaneamente submetidas todas as variáveis agregadas, poderá ou não apresentar características “puramente” cíclicas, dependendo dos elementos estruturais da realidade do sistema econômico.<sup>31</sup>

A difícil questão que apenas esboçamos é um dos pontos críticos de qualquer teoria da dinâmica econômica. Não se trata somente de que se deva dispor de alguma variável econômica referida a dois momentos no tempo para possibilitar uma análise dinâmica. Esta pressupõe, além disso, que o comportamento de uma dada variável, expressa numa trajetória temporal, seja resultado da relação que ela estabelece com outras em cada período de tempo considerado. Só assim se tem uma interação dinâmica completa entre as variáveis e, conseqüentemente, uma teoria propriamente dinâmica. Mais concretamente, uma teoria desse tipo, com base no princípio da demanda efetiva, e que leva em conta o estoque de capital e fluxos como os de renda (ou lucro) e investimento, permite explicitar num modelo dois períodos de tempo distintos pela simples razão de que o investimento líquido é a própria variação do estoque de capital. A abordagem dinâmica não estaria completa sem que se acrescentasse a esta propriedade definicional do investimento alguma relação que

expressar. na sua forma final, a idéia básica contida no princípio do ajustamento do capital. Kalecki deveria ter partido *diretamente* de sua equação final de investimento — que exprime de modo bem mais adequado sua idéia básica (analogamente ao modelo de 1954, como veremos) —, o que teria evitado passagens formais desnecessárias e que dão margem a que se levantem falsos problemas.

<sup>31</sup> As propriedades formais do modelo que expressam as condições necessárias para as distintas possibilidades de trajetória temporal são desenvolvidas no Apêndice matemático a este texto (item I). [Nota do Editor: Este Apêndice a que os autores se referem, tanto nesta nota como em outras partes do trabalho, não foi incluído aqui por questão de espaço, mas pode ser fornecido aos interessados através de solicitação à editoria desta revista.]

expressasse a existência de retardos propriamente ditos, tanto por necessidade lógica quanto porque esta corresponde a condições estruturais da economia. Por este motivo, a inserção de defasagens num modelo dinâmico de modo algum deve ser vista como um simples procedimento formal arbitrário, visando à obtenção de alguma trajetória específica temporal das variáveis. Daí se conclui que a formulação do princípio da aceleração, bem como o do ajustamento do capital, independentemente de seu grau de realismo, deverá conter um retardo definido estruturalmente para que se prestem à análise dinâmica, fato nem sempre reconhecido pelos economistas que os aplicam.

Assim, apesar de sua precaução em tentar precisar os requisitos da análise da dinâmica econômica, Harrod incorre nesse mesmo erro ao estabelecer uma peculiar interação multiplicador-acelerador como se esses dois processos se dessem no mesmo ato, tornando, na realidade, a determinação das variáveis um trivial exercício de resolução de equações simultâneas. Isto se deve, em última análise, à ausência, em sua função investimento, de alguma defasagem, sendo a referência a dois períodos de tempo mera consequência de que o investimento ajusta o estoque de capital, por hipótese, ao nível de renda. Não admira que diante disso o autor encontre sérias dificuldades em definir uma taxa de crescimento de renda correspondente a um período de tempo discreto — o que, aliás, negaria o caráter dinâmico do seu modelo, nos próprios termos do autor. O resultado de seu modelo não vai além de uma tautologia, pela qual se obtém, a partir da hipótese da constância da relação capital/produto e da taxa de investimento, uma taxa de crescimento da renda necessariamente constante — ou, em outras palavras, que o investimento terá que crescer exponencialmente para que a relação capital/produto permaneça constante.<sup>32</sup>

Essa incompatibilidade de seu modelo com a formulação de uma teoria dinâmica decorre da suposição, implícita na sua aplicação do acelerador, de que as decisões de investir sejam tomadas simultaneamente ao processo de geração de renda, o que é *logicamente*

<sup>32</sup> R. Harrod, "An Essay in Dynamic Theory", in *Economic Journal*, vol. 49 (1939).

inconsistente com o uso de períodos de tempo finitos. A menos que faça uma das duas seguintes hipóteses “heróicas”: ou bem se admite que a decisão (e execução) dos investimentos é concentrada no fim do período, ou então se requer — como o investimento se distribui durante o período considerado — que cada decisão de investir seja influenciada por mudanças da renda ocorridas em intervalos de tempo variáveis e crescentes de zero à dimensão integral do período. Logo, seu modelo está de fato pressupondo que a duração do período é infinitesimal (e que os fluxos são instantâneos) e, portanto, o instrumental matemático apropriado seria o cálculo diferencial em substituição ao uso de períodos de tempo discretos. Evidentemente, tal consideração do tempo como variável contínua, apesar de só assim permitir demonstrar formalmente os seus resultados, descaracterizaria não só o seu modelo de “interação” como o próprio sentido econômico dos conceitos envolvidos.

Na verdade, ao excluir a defasagem de seu modelo, Harrod não somente impede a configuração de uma trajetória cíclica, ao objetivar um suposto esclarecimento cabal da questão da instabilidade em sua “pureza”, como também elimina a própria possibilidade de qualquer trajetória temporal resultante da interação do multiplicador com o acelerador. Quando o modelo incorpora essa possibilidade, observa-se que aquela interação é potencialmente geradora de flutuações periódicas por sua própria natureza.<sup>33</sup>

O modelo de acumulação de Robinson,<sup>34</sup> apesar da clareza com que expõe vários conceitos, acaba por incidir numa análoga contradição interna, que passa despercebida, e que se manifesta entre sua exposição verbal e a correspondente representação gráfica. A primeira expressa corretamente a idéia de uma interação dinâmica entre a taxa de acumulação e a taxa de lucro; a última, porém, inadvertidamente, substitui o retardo temporal necessário à interação por uma implícita determinação simultânea daquelas variáveis, tornando-a incapaz de representar satisfatoriamente o que suas próprias

<sup>33</sup> Ver R. G. D. Allen, *Mathematical Economics* (2.<sup>a</sup> ed.; Londres: Macmillan, 1960), Cap. 3, Pasinetti, *op. cit.*, Cap. 3, e Matthews, *op. cit.*, Cap. 2.

<sup>34</sup> J. Robinson, *Essays in the Theory of Economic Growth* (Londres: Macmillan, 1962).

palavras enunciam. Como a autora lamentavelmente extrai suas conclusões das propriedades do referido gráfico, e não de sua convincente argumentação verbal, chega a resultados similares aos de Harrod, com a única diferença de que surge a possibilidade adicional de uma taxa de crescimento estável, além do “fio da navalha” harrodiano — pela simples razão de trabalhar com uma função investimento, por hipótese, não-linear —, o que de resto a autora reconhece em seus comentários. O paradoxo de que um tal modelo, inteiramente análogo ao de Kalecki<sup>35</sup> (do qual difere basicamente pela mencionada não-linearidade), torne completamente impossível a ocorrência de flutuações cíclicas deve-se exclusivamente ao caráter das restrições subjacentes à sua representação. Note-se que essa deficiência não se pode atribuir a um uso indevido de equações, porquanto sua formulação dispensou qualquer referência a expressões matemáticas, o que evidentemente não a exime do necessário rigor lógico e conceitual.

O uso e a interpretação de modelos econômicos, expressos ou não em linguagem matemática, envolvem sérios riscos, de dois tipos. O primeiro é o de inferir-se resultados de natureza qualitativamente distinta das proposições teóricas que foram introduzidas num modelo, o que equivale a atribuir à teoria propriedades formais intrínsecas do próprio modelo — isto é, “deduzir” resultados teóricos apenas das características das equações. O risco simétrico, igualmente grave, é o de descartar certos aspectos teoricamente relevantes e fundamentados de um dado modelo como se não passassem de um reflexo dos instrumentos de análise adotados, apenas porque estes se expressam em linguagem matemática. O caso da análise da dinâmica cíclica é, na verdade, um dos poucos em que a matemática é não só útil como até mesmo difícil de abrir mão, pela possibilidade que oferece de expressar e esclarecer resultados não intuitivos.

Uma das conseqüências mais prejudiciais de mal-entendidos como os anteriores para a teoria dinâmica baseada na demanda efetiva foi a separação artificial entre as chamadas teorias de “crescimento” e de “ciclo”, na presunção de que essas alternativas não pudessem e deveriam ser examinadas como fenômenos passíveis de uma expli-

<sup>35</sup> Kalecki, “Outline of a Theory...”, *op. cit.*

cação da mesma natureza, o que as torna parte de um mesmo campo de investigação teórica. Esse estado de coisas talvez em parte se explique pela lamentável “divisão do trabalho” subentendida entre economistas teóricos e construtores de modelos: estes não fazem teoria, e aqueles, usando modelos, nem sempre concedem a necessária atenção aos seus aspectos técnicos.

Diversas aplicações do acelerador e do princípio de ajustamento do capital em modelos dinâmicos, mesmo quando introduzem retardos temporais, fazem-no de modo essencialmente formal. Claro reflexo disto é a sua despreocupação em definir criteriosamente o significado dessas defasagens, como se fosse indiferente, do ponto de vista analítico, a sua interpretação. Mesmo sendo imposta por uma necessidade lógica da própria dinâmica, a consideração de uma defasagem por si só é insuficiente e pode estar refletindo um simples expediente formal dos modelos, despertando justificadas críticas ao seu artificialismo. Alguns exemplos, dentre outros, aparecem nos modelos de multiplicador-acelerador de Samuelson,<sup>36</sup> onde o retardo é colocado canhestamente apenas na função consumo, e no modelo de ajustamento de capital analisado por Pasinetti,<sup>37</sup> em que, além do retardo da função investimento, aparece uma defasagem na função consumo, não só desnecessária para produzir os resultados obtidos — embora introduza modificações na interpretação dos parâmetros da trajetória temporal — como ainda pressupondo, implícita e injustificadamente, a mesma ordem de grandeza entre os dois retardos temporais.

Ao contrário, Kalecki tem a preocupação de definir com clareza, já no seu primeiro modelo de ciclo, o sentido econômico do retardo do investimento. Esta definição compõe-se de duas etapas em seu raciocínio: primeiro, o caráter dessa defasagem não se deve ao simples fato de o investimento ser expresso como uma função de comportamento dos empresários, o que daria margem a especulações de precária base teórica, senão o de que esta função é enunciada em termos de decisões de investir e não do investimento enquanto tal,

<sup>36</sup> P. Samuelson, “Interactions between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration”, in *Review of Economic Statistics*, vol. 21 (1939).

<sup>37</sup> Pasinetti, *op. cit.*, Cap. 3.

que só será efetivado após o transcurso de certo lapso de tempo; segundo, entre decisões de investir ("encomendas") e investimento ("entregas") decorre um intervalo de tempo expressamente referido a condições estruturais da economia, ou seja, o período médio de construção e instalação dos bens de capital fixo. Esta é uma característica do modelo de Kalecki que lhe confere uma superioridade substantiva frente aos modelos habituais de ajustamento do capital, não só por reconhecer no retardo temporal um requisito lógico da dinâmica, como ainda por dar-lhe um conteúdo econômico claro e objetivo. Apenas para sugerir uma entre outras possíveis implicações relevantes dessa interpretação dada por Kalecki ao retardo temporal, poder-se-ia supor que a aplicação de modelos desse tipo a economias que sofrem modificações rápidas e profundas na sua estrutura produtiva debilitaria a hipótese de um retardo temporal constante, em contraposição a economias consideradas maduras.

A versão mais completa do modelo de ciclo de Kalecki<sup>38</sup> tem uma estrutura formal análoga à anterior. Como nesta, o investimento é expresso em função direta dos lucros e inversa do estoque de capital, defasado pelo período médio de maturação dos investimentos. Essa semelhança é apenas obscurecida pela presença entre os determinantes do investimento de uma parcela que exprime a influência da acumulação interna (a partir dos lucros) das empresas, e pelo fato de que o impacto do montante dos lucros e do estoque de capital está representado por suas variações no tempo. Mas é fácil mostrar, como faz o próprio Kalecki,<sup>39</sup> que se pode deduzir o modelo mais geral a partir do anterior, com pequenas modificações formais — que, entretanto, possuem um significado econômico passível de interpretação. Uma delas é a inserção de um termo constante que pretende captar efeitos diversos de longo prazo, destacando-se os provenientes da introdução de progresso técnico e inovações. A principal alteração é que a nova versão permite tornar mais flexível e realista a influência do investimento sobre as decisões de investir de um período, através do efeito da acumulação interna das empresas, enquanto a primeira pressupunha desnecessariamente, de modo implícito, a ausência desse tipo de efeito e, portanto, uma

<sup>38</sup> Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 102.

abrupta passagem entre os níveis micro e macroeconômico, no que diz respeito à acumulação das empresas — ou, como dizia Kalecki,<sup>40</sup> o seu pleno reinvestimento.

Apesar de ser representado através da poupança bruta agregada, por questões de uma aproximação estatística, a consideração desse termo entre os determinantes do investimento visa a incorporar ao modelo a influência de fatores de risco empresariais associados às decisões de investir, referentes tanto ao financiamento do investimento (“princípio de risco crescente”) quanto à presença de limites ao crescimento das empresas dados pelas condições de mercado. É por esta razão que, ao se proceder à agregação desses efeitos, o coeficiente do referido termo pode assumir valores distintos da unidade, ao mesmo tempo em que a variável utilizada pode ser expressa como “poupança” (agregada) em lugar de acumulação interna das empresas.

Essa questão é introduzida por Kalecki ao nível microeconômico através do conceito de acumulação interna das empresas, que corresponde ao fluxo de recursos financeiros (basicamente lucros retidos) que estão potencialmente disponíveis para o investimento. A influência positiva desses fundos sobre as decisões de investir é condicionada pelos fatores de risco que afetam as perspectivas de crescimento das empresas. Tais fatores são de dois tipos: o primeiro constitui o chamado princípio do “risco crescente”, pelo qual Kalecki identifica não só as restrições de crédito, acesso ao mercado de capitais e maiores custos financeiros associados a um grau de endividamento mais elevado das empresas, como especialmente o risco inerente a uma excessiva ampliação deste último, do ponto de vista do empresário, frente à possibilidade de se descapitalizar caso as expectativas relacionadas ao investimento programado sejam frustradas;<sup>41</sup> o segundo é dado pelas limitações impostas pelas características estruturais do mercado em que a empresa atua e as dificuldades de entrada em novos mercados, que condicionam sua estratégia de crescimento.

A relação estabelecida entre as decisões de investir de cada firma e o correspondente nível de acumulação interna reflete a própria estrutura de risco da mesma, segundo os fatores acima apontados, o

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>41</sup> *Ibid.*, Cap. 8.

que significa que o parâmetro por intermédio do qual se expressa essa relação poderá ser maior, igual ou menor que a unidade, conforme diferentes condições financeiras (estrutura de ativo ou passivo), de mercado e institucionais (como as relacionadas com o mercado de capitais). Assim, por exemplo, um coeficiente inferior à unidade implica uma estrutura de risco desfavorável, de forma tal que uma parte da acumulação interna, ao invés de ser reinvestida, terá outras aplicações de natureza financeira — o que pode incluir a amortização de parcela da própria dívida da empresa; reciprocamente, um valor superior à unidade indica condições de risco favoráveis que estimulam as empresas a captar recursos adicionais, contraindo novas dívidas ou ampliando seu capital em ações.<sup>42</sup>

A agregação dessa diversidade de situações particulares levanta o problema estatístico de tomar uma variável agregada que sirva de *proxy* para a acumulação interna das empresas em seu conjunto, resolvido por Kalecki recorrendo à poupança bruta agregada, na suposição razoável de que ambas estejam correlacionadas e, poderíamos acrescentar, de que a maior parte desta última seja de fato constituída por fundos investidos pelas empresas — o que vem a ser, afinal (*ex-post*), a “poupança” do conjunto das empresas.<sup>43</sup> O mesmo se aplica ao coeficiente desse termo agregado (parâmetro *a* da equação), que estará refletindo, além da complexa multiplicidade de situações microeconômicas subjacentes, o próprio fato de se ter recorrido à poupança bruta total como uma aproximação da acumulação interna do conjunto das empresas, motivo pelo qual tenderia a ser inferior à unidade. Por último, ao expor a mesma função investimento na construção de seu modelo de ciclo,<sup>44</sup> Kalecki substitui acertadamente a variável poupança bruta agregada pelo correspondente valor do investimento, o qual evidentemente a determina.

Assim sendo, não se trata, de forma alguma, de supor que o investimento é determinado pela poupança, seja ao nível agregado, seja ao nível do comportamento individual das empresas. Como se

<sup>42</sup> Um tratamento mais aprofundado dos aspectos financeiros envolvidos no investimento produtivo é desenvolvido por J. Steindl, *Maturity and Stagnation in American Capitalism* (Oxford: Basil Blackwell, 1952), Caps. 9 a 11.

<sup>43</sup> Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*, p. 98.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 121.

sabe, a “poupança” só se define — como um resíduo — diretamente em termos macroeconômicos, não cabendo, a rigor, referência de qualquer espécie a atos individuais de poupança, mesmo porque ela não passa de um “não-ato” — pelo que, por definição, não pode ser atribuída a alguma “decisão” de quem quer que seja. Mesmo quando se faz referência à “poupança” dos capitalistas, não se trata nem de um ato individual, desde logo, nem tampouco de uma decisão, se não de um componente residual dos lucros totais em relação ao consumo dos capitalistas, que é determinado pelo próprio volume agregado de investimento — este, sim, resultado de um conjunto de decisões tomadas individualmente pelos capitalistas; analogamente, a “poupança” dos trabalhadores representa simplesmente a diferença entre os salários e o consumo dos assalariados.

Conseqüentemente, a consideração, a princípio algo surpreendente, da poupança entre os determinantes do investimento nesse modelo, só pode ser satisfatoriamente entendida após uma leitura atenta do texto de Kalecki onde a passagem do plano micro ao macroeconômico está exposta de forma perfeitamente inteligível. Se Kalecki tivesse formulado sua função dos determinantes do investimento diretamente no plano macroeconômico (o que seria, é bom notar, um equívoco), teria obviamente dispensado qualquer referência à poupança e introduzido diretamente o investimento; inversamente, partir ao nível microeconômico da “poupança” individual das empresas teria sido um erro primário, não cometido por Kalecki. Logo, a poupança só poderia ter surgido no modelo *precisamente* da referida passagem micro-macro-econômica, sem a qual sua presença no mesmo não faria o mínimo sentido.

Por outro lado, a representação da influência dos lucros e do estoque de capital através de suas taxas de variação no tempo, apesar de não acrescentar nada do ponto de vista formal ao modelo anterior, é um importante aperfeiçoamento do modelo de 1954 no que concerne à interpretação dos seus efeitos, e nesse sentido um avanço em relação às formulações convencionais do princípio do ajustamento do estoque de capital. Este último pretende expressar, na realidade, a influência das *variações* da rentabilidade esperada no que esta é afetada pelas mudanças na rentabilidade presente do capital, e deste modo a explicitação desses efeitos em termos do volume dos lucros e

do estoque do capital constitui uma referência desnecessária ao nível agregado dessas variáveis. Além disso, a utilização dessas variações permite tornar clara a distinção conceitual entre o retardo temporal devido à natureza dos investimentos e a defasagem associada à reação das decisões de investir em face de mudanças recentes na rentabilidade do capital, exprimindo um efeito de outra natureza, que reflete o comportamento das empresas.<sup>45</sup> Esta inovação do modelo mais geral de Kalecki não se confunde com a questão da consideração, separadamente, dos efeitos dos lucros e do estoque de capital, a qual já estava presente no modelo anterior. Trata-se aqui de não incorrer numa precisão indevida, ou seja, a de representar o efeito da rentabilidade esperada, por hipótese mera aproximação, através da explicitação da influência da taxa de lucro enquanto tal. Deste modo, os coeficientes que correspondem, respectivamente, ao impacto dos lucros e do capital incorporam efeitos específicos da agregação das decisões de investimento relacionadas com a não-uniformidade estrutural das taxas de lucro e do próprio grau de utilização da capacidade produtiva. Finalmente, esta mesma separação permite destacar individualmente os efeitos positivos de variações na massa de lucros e negativos de mudanças na capacidade produtiva — esta última enquanto representada pelo estoque de capital, na suposição de uma relação estável (técnica) capital/capacidade produtiva —, ambos como expressões do comportamento da demanda efetiva em sua aceção mais geral.

Esta interpretação dos termos correspondentes ao lucro e ao estoque de capital no modelo de Kalecki torna desnecessária uma tentativa de defini-los precisamente como indicativos do comportamento da taxa de lucro efetiva. Em primeiro lugar, as variações desta última devem apenas representar, no modelo (como variável *proxy*), as modificações na taxa esperada de rentabilidade. Como esta não é

<sup>45</sup> Como a defasagem de reação das decisões de investimento a mudanças na rentabilidade esperada tem caráter teoricamente mais impreciso, a rigor só é quantificável estatisticamente, ao contrário do retardo estrutural devido à maturação dos investimentos. Para efeito de exposição teórica do modelo de Kalecki, pode-se, portanto, fazê-la por definição igual a este último, sendo então ambos considerados como a unidade de medida do transcurso do tempo. Isto é o que significa postular, como fazemos no Apêndice, que  $\Delta t = \theta = 1$ .

quantificável, a relação daí decorrente assume um caráter necessariamente menos rigoroso, de um ponto de vista teórico, do que, por exemplo, a relação entre investimento e renda (e lucros), que a complementa no modelo. Pasinetti observa que “isto coloca as duas equações em níveis muito diferentes de abstração, sendo o relativo ao acelerador o mais remoto dos dois”.<sup>46</sup>

Além disso, é importante insistir em assinalar que a própria taxa de lucro esperada que Kalecki tem em vista conceitualmente no seu modelo se expressa pela rentabilidade presente apenas na medida em que esta última é afetada pelas variações da demanda efetiva corrente, e não por modificações dos custos, tais como alterações nos salários. Um bom exemplo desta concepção é a seguinte passagem, onde esse autor discute o impacto de uma redução dos salários nominais sobre a demanda efetiva: “À primeira vista, pode-se supor que, como resultado da diminuição dos salários, os capitalistas ampliam tanto seu consumo como o investimento, visto que levarão em conta a futura maior rentabilidade de suas empresas. Se assim fazem, então a diminuição dos salários realmente causa o crescimento da produção, e a teoria ‘clássica’ se apresenta correta dentro dessa nova concepção. Mas uma análise mais precisa mostra que esse resultado não é provável. De fato, é difícil crer que o investimento e o consumo dos capitalistas cresçam *imediatamente*. Antes de tudo, os empresários não começam verdadeiramente a investir mais logo após a diminuição dos salários, mas antes esperam pelo efetivo crescimento de sua renda”.<sup>47</sup>

Precisando melhor, tal redução dos salários nominais apenas permitiria aumentar de imediato, em igual medida, a margem e o montante de lucros associados a um *mesmo* volume de produção, não resultando daí, portanto, qualquer estímulo à realização de investimento visando à ampliação da capacidade produtiva das empresas. A título de ilustração, basta referirmo-nos ao comportamento frequente na transição do auge para o início da recessão do ciclo econômico, em que pelo menos nas indústrias mais concentradas, onde se observa um maior grau de monopólio, as grandes empresas con-

<sup>46</sup> Pasinetti, *op. cit.*, p. 50.

<sup>47</sup> Kalecki, “Money and Real...”, *op. cit.*, p. 79.

seguem manter (e até mesmo aumentar) suas margens de lucro, sem que isto impeça o declínio do ritmo das decisões de investir, refletindo a queda da rentabilidade esperada que ocorre nessa etapa do ciclo.

A atuação combinada dos condicionantes do investimento acima expostos com a determinação dos lucros e da renda pelo investimento produz nos agregados econômicos um comportamento temporal que, nas condições desse modelo mais completo de Kalecki, pode assumir a forma de uma trajetória cíclica, dados os valores adequados e plausíveis dos parâmetros (ver Apêndice, item 2).

No que precede examinamos sinteticamente as características básicas da dinâmica centrada na demanda efetiva, com referência particular às duas formulações mais conhecidas do modelo de ciclo de Kalecki. Na construção teórica desse autor, contudo, o modelo de ciclo não ocupa propriamente o ponto nevrálgico, senão o lugar de um desdobramento natural da sua concepção da demanda efetiva.<sup>48</sup> Esta visão particular do movimento cíclico em sua forma mais abstrata atende às condições restritivas impostas pela necessidade de investigar a atuação do componente essencial da dinâmica — o investimento —, de forma a evidenciar o seu caráter contraditório a nível agregado, sem referência a circunstâncias perturbadoras da clareza analítica exigida para sua compreensão no âmbito da demanda efetiva, mesmo quando relevantes noutra ordem de considerações teóricas ou menor nível de abstração. O resultado dessa análise é a explicitação de um mecanismo dinâmico associado especificamente à demanda efetiva, o qual pode, em determinadas condições, produzir flutuações cíclicas.

Esse tipo de modelo, ao fazer abstração da tendência de crescimento — que se supõe não ausente (como se verá em seguida), porém explicada por determinantes de outra natureza —, assume a

<sup>48</sup> A teoria do ciclo constitui, é bem verdade, um momento culminante da elaboração, na obra de Kalecki, do princípio da demanda efetiva em sua dimensão dinâmica. Porém é decisivo frisar que, mesmo sem ser uma decorrência inevitável da exposição daquele princípio (basta lembrar Keynes), a explicação da mecânica do ciclo representa sem qualquer dúvida uma peça analítica perfeitamente integrada com a demanda efetiva, vista em seus efeitos dinâmicos, sem a qual torna-se incompreensível.

forma de um ciclo “puro”, isto é, em que as variáveis se movem em torno de uma posição de equilíbrio estacionário. Tal movimento se explica, em linhas gerais, pela ação *intrinsecamente defasada* dos investimentos ao impulsionar a demanda efetiva e ao acrescentar capacidade produtiva, ampliando o estoque de capital. A mesma idéia pode ser recolocada, de modo igualmente simplificado, por meio da imagem de que uma desaceleração do investimento, se por um lado reduz o ritmo de crescimento dos lucros e da renda, por outro continua ampliando o estoque de capital a uma taxa acelerada. Assim, quando mais seria necessário o efeito “demanda” do investimento, a fim de impedir um declínio no grau de utilização global da capacidade produtiva, este já começa a debilitar-se, fazendo-o crescentemente pela própria ação negativa progressivamente intensa do acréscimo do estoque de capital e da capacidade produtiva. Em consequência, registra-se a indesejada redução simultânea do grau de utilização global da capacidade e um aumento correspondente na relação capital/produto agregada.

O mesmo poderia ser expresso pela idéia de que as decisões de investir, que refletem as condições do próprio investimento num dado período, só se materializarão com um retardo temporal, isto é, no período seguinte, quando pela ação do mesmo investimento a capacidade produtiva ter-se-á alterado. Desta forma, nunca se alcança um ajuste efetivo do nível de investimento e, portanto, dos lucros e da renda, ao nível desejado de utilização da capacidade produtiva instalada em cada momento. É como se a economia em seu conjunto, devido à presença da concorrência capitalista, estivesse perseguindo um alvo (“equilíbrio”) que, entretanto, por ser móvel, nunca é alcançado. A partir daí tende a haver um estreitamento progressivo entre os níveis das decisões de investir e do investimento em cada período, que por não poderem permanecer estáveis voltam a afastar-se em direção contrária. A razão pela qual ocorre tal aproximação é que no auge (por exemplo), quando o estoque de capital, que vinha declinando, passa a aumentar, afeta imediatamente as decisões de investimento, mas só nos períodos seguintes o nível efetivo das aplicações. Assim, a flutuação do estoque de capital — que inclui o seu declínio (investimento líquido negativo) — é uma característica básica desse tipo de modelo de ciclo “puro”.

Esta última descrição não chega a constituir uma explicação do movimento cíclico baseado na demanda efetiva, mas uma tentativa, reconhecidamente precária, de expor a idéia básica do seu motor: a interação do investimento com os lucros, a renda e o estoque de capital e, em conseqüência, consigo próprio em distintos momentos. A dificuldade em explicá-lo provém não tanto da carência de imagens verbais suficientemente acessíveis à intuição, senão que da própria natureza desse movimento enquanto objeto de reflexão teórica, que requer um estilo de raciocínio intrinsecamente dinâmico para que seja adequado ao objeto em questão. Em outras palavras, apresentações como a anterior, ao isolar certos aspectos ou momentos do movimento cíclico, permitem somente ilustrá-lo sem de fato fornecer pleno esclarecimento do mesmo, porquanto este ou é entendido em sua integridade ou não o é em absoluto. Esta concepção remete-nos à noção de “ciclo automático” (referida entre outros pelo próprio Kalecki), segundo a qual este resulta de propriedades *estruturais* do sistema econômico capitalista, e não do comportamento peculiar de alguma das variáveis que o descrevem ou mesmo das etapas de que se constitui.

O movimento cíclico como atributo da estrutura econômica justifica que se o descreva sem referência a causas específicas do mesmo ou, nesse nível de abstração, às peculiaridades das várias fases do ciclo. As críticas dirigidas a modelos de ciclo “puro” baseados, como o de Kalecki, na demanda efetiva, pelo seu comportamento ao estilo *perpetuum mobile*,<sup>49</sup> perdem de vista exatamente esse caráter estrutural do movimento que, precisamente por isso, dispensa a existência de “causas”. O modelo de ciclo baseado na interação do multiplicador com o acelerador de Samuelson e Hicks pertence, sob esse aspecto, à mesma família do modelo de Kalecki, não obstante as diferenças substanciais quanto ao conteúdo teórico.

Pode-se então concluir que, na presente visão da dinâmica, as etapas do ciclo devem ser entendidas como fases em que ele se decompõe, e não como suas partes “componentes” — isto é, elas só podem ser corretamente definidas a partir da compreensão global

<sup>49</sup> Cf. J. Schumpeter, *Business Cycles* (Nova York: McGraw-Hill, 1939), p. 116, entre outras.

do ciclo, e não, inversamente, o ciclo como um encadeamento de fases individualmente caracterizadas. Pelo mesmo motivo, não cabe referência de espécie alguma, em tal perspectiva, a supostos “pontos” ou momentos de reversão cíclica, de vez que todos os momentos desse processo poderiam ser igualmente considerados, sem prejuízo da lógica da argumentação, como pontos de reversão.

Em síntese, o mecanismo de ciclo derivado da aplicação do princípio da demanda efetiva *lato sensu* só é capaz de produzir flutuações na atividade econômica em torno de um nível estacionário — quer diretamente, quer através de restrições exógenas a seu funcionamento (condições que se traduzem em relações não-lineares entre as variáveis ou simples perturbações assistemáticas). Este mecanismo poderia ser designado pela expressão mais genérica e apropriada de *dinâmica cíclica* associada à demanda efetiva.

A possibilidade de que a um ciclo econômico “puro” dessa natureza se sobreponha uma tendência de crescimento igualmente estabelecida por questões endógenas na interação das variáveis examinadas pelos modelos baseados na demanda efetiva foi totalmente descartada, como já notamos. É neste sentido que se devem interpretar as repetidas afirmações de Kalecki de que não há qualquer garantia de o movimento cíclico no capitalismo vir a se processar sobre uma expansão de longo prazo, na ausência de condicionantes “exógenos” à interação das variáveis macroeconômicas ao nível da demanda efetiva. Isto equivale a sublinhar *precisamente* a importância decisiva de tais determinantes — nomeadamente, o progresso técnico, as inovações (novos produtos) e a abertura de novos mercados — como condições *essenciais* para a referida expansão, e não, como poderia parecer, a falta de reconhecimento de sua relevância.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Kalecki em vários momentos reconhece a importância e as dificuldades de integrar ciclo e tendência com base na demanda efetiva. Ver, por exemplo, M. Kalecki, “The Problem of Effective Demand with Tugan-Baranovski and Rosa Luxemburg”, in *Selected Essays...*, *op. cit.*, “The Marxian Equations of Reproduction and Modern Economics”, in *Social Science Information*, vol. 7 (1968), e “Trend and Business Cycle”, in *Selected Essays...*, *op. cit.* No entanto, está plenamente convencido — a nosso ver com inteira razão — de que os fatores que explicam ciclo e tendência são de natureza distinta, de modo que a demanda efetiva pode assegurar somente o movimento cíclico ao

Não obstante o cuidado de Kalecki em introduzir nos seus últimos modelos uma tendência no tempo, deixa sempre implícito o caráter, externo aos mesmos, das hipóteses de comportamento do crescimento econômico de longo prazo.<sup>51</sup> Trata-se portanto, senão de uma insuficiência de sua construção teórica, seguramente de uma limitação intrínseca ao uso de modelos agregados no contexto da demanda efetiva. Mais ainda, tudo indica que a demanda efetiva enquanto princípio teórico é, em última análise, inadequada para dar conta satisfatoriamente desse tipo de problemática, na medida em que se constrói sobre um instrumento analítico formulado e utilizado a um nível de agregação e de abstração que pressupõem a inexistência de modificações significativas do conteúdo qualitativo dos agregados (principalmente a estrutura produtiva e a composição do produto).

Daí não se depreende, todavia, que a demanda efetiva tenha um campo teórico de ação restrito, sempre que seja corretamente posta na perspectiva que vimos adotando de um conjunto integrado de proposições de caráter geral sobre o funcionamento da economia capitalista, que se faz presente necessariamente, *mesmo* na elabora-

redor do nível estacionário da renda e do investimento (depreciação do capital), sendo o crescimento a longo prazo determinado por condições ligadas ao progresso técnico em geral. Ver Kalecki, "The Problem of Effective...", *op. cit.*, e "The Marxian Equations...", *op. cit.*

<sup>51</sup> No modelo de ciclo de 1954, a tendência é introduzida como um termo independente com explicação exógena, sendo seus fatores determinantes examinados em momento posterior (ver Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*, Cap. 15). Num de seus artigos finais, em que procura pela última vez integrar os elementos explicativos da tendência no próprio mecanismo cíclico (ver Kalecki, "Trend and Business...", *op. cit.*), ele não chega a concretizar satisfatoriamente seu intento. É verdade que se torna mais explícita a influência sobre as decisões de investir da concorrência capitalista, enquanto esta produz efeitos de modificação na estrutura produtiva através do progresso técnico, refletindo-se *via* aumento da produtividade na possibilidade de deslocamento de concorrentes no mercado e conseqüente aumento da rentabilidade, presente e esperada, associada ao investimento nos novos equipamentos. No entanto, esta é uma apreciação bastante parcial dos resultados e determinantes do progresso técnico e, particularmente, das inovações em sua acepção geral. Quanto à introdução de uma tendência crescente no tempo, seus fatores explicativos são essencialmente os mesmos expostos em seus artigos anteriores, e a rigor pouco acrescenta em termos substantivos, ainda que possa representar algum aperfeiçoamento formal em relação aos modelos precedentes.

ção de um corpo teórico voltado especificamente para o estudo do processo pelo qual se dão as *transformações* econômicas do capitalismo. Mais que isso, o princípio da demanda efetiva, em seus vários desdobramentos, é uma estrutura teórica consistente, capaz de explicar toda uma dimensão da natureza da dinâmica capitalista, desde que complementada por outra que focalize os componentes de permanente mutação dessa mesma dinâmica.

Existem certamente inúmeras situações em que a demanda efetiva deve ser considerada como parte integrante indispensável de teorias da dinâmica capitalista centradas nas transformações econômicas ocasionadas pelo processo de inovação. Para ficar apenas em um exemplo, a propagação dos efeitos associados à denominada “onda secundária” subsequente ao impacto inicial de um bloco de inovações na teoria dos ciclos econômicos de Schumpeter pode, sem dúvida, ser enriquecida pelo concurso dos instrumentos de análise da demanda efetiva — sem os quais, na verdade, perde a maior parte do seu poder explicativo.<sup>52</sup> A problemática integração entre visões teóricas com tão pouca base em comum não impede que se devam empreender esforços nessa direção, considerando-se que a compreensão da dinâmica capitalista em toda a sua complexidade não dispensa qualquer uma delas. Mesmo na impossibilidade de integrá-las efetivamente num único corpo teórico, ao menos sua complementaridade é assegurada pela constatação de que, em suas formulações mais clássicas (Marx e Schumpeter, de um lado, Keynes e Kalecki, de outro), uma quase sempre pressupõe o objeto da outra.

Colocada nesses termos, a dificuldade intrínseca de integração analítica entre ambas não deve obscurecer a necessidade imperiosa de que sejam enfrentadas com igual vigor, em busca do esclarecimento teórico do movimento da economia capitalista.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Schumpeter, *op. cit.*, pp. 121 e segs.

<sup>53</sup> Ao tentar proceder a esta integração, não se pode perder de vista o fato de que as duas visões teóricas têm como objeto distintos aspectos dos mesmos fenômenos, os quais são inseparáveis do processo histórico que lhes dá existência — o desenvolvimento do capitalismo. Em tal perspectiva, ambas apresentam como tendência a realização progressiva do processo de autonomização do capital frente às condições externas à sua lógica de funcionamento e de transformação. Deste modo, no que se refere tanto à demanda efetiva na acepção dinâmica quanto ao processo de transformação econômica do capitalismo, o

Parece, assim, que com a teoria do ciclo de Kalecki chegou-se ao esgotamento das possibilidades da análise dinâmica no contexto do campo teórico da demanda efetiva. Embora sem tê-los desenvolvido, Kalecki na verdade deixou como legado a formulação, em nível embrionário, dos principais elementos que abrem perspectivas para sua utilização com base num diferente instrumental analítico. Disso trataremos brevemente a seguir.

## 6 — Dinâmica capitalista em Kalecki: o esquema de três setores

O esquema de três setores, que decompõem a produção da economia em bens de investimento, consumo dos capitalistas e consumo dos assalariados, já se insinuava desde as primeiras obras de Kalecki como uma referência heurística subjacente às variáveis agregadas que o autor vez por outra utilizava para expor o funcionamento da demanda efetiva. Sua apresentação explícita aparece num dos seus últimos ensaios,<sup>54</sup> onde a inspiração marxista do mesmo é enfatizada pelo autor. Esta afinidade, contudo, é mais aparente do que real, em face tanto da distinta construção analítica desse modelo em relação aos esquemas de reprodução de Marx, quanto do próprio sentido teórico que lhes é dado respectivamente por ambos os autores.<sup>55</sup>

condicionamento pela classe capitalista do “seu próprio destino” é reflexo daquele mesmo processo, o que não significa a exclusão da luta de classes, nem muito menos do papel histórico da classe trabalhadora.

<sup>54</sup> Kalecki, “The Marxian Equations...”, *op. cit.*

<sup>55</sup> Ver, a respeito, Tavares, “Ciclo e Crise...”, *op. cit.*, Cap. 1. As diferenças básicas de conteúdo entre os esquemas de Kalecki e os correspondentes de Marx sublinham o extremo inconveniente de designá-los, como o faz Kalecki, pelo nome de “equações marxistas de reprodução”. As supostas relações de “equilíbrio” em Kalecki são apenas formalmente semelhantes às de Marx, ao deixarem implícito um sentido de determinação, além de possuírem um significado econômico diverso.

A necessidade de evitar confusões desse tipo reclama uma nítida demarcação de limites teóricos e analíticos entre os dois autores, sendo a questão anterior do uso dos chamados esquemas de reprodução apenas uma entre outras possíveis fontes de mal-entendidos. É preciso que se diga, em benefício de uma avaliação à altura da extrema originalidade das contribuições de Kalecki, que esse autor, independentemente de sua prática e convicções socialistas, guarda em sua obra somente algumas reminiscências, certamente muito férteis, da leitura da obra de Marx, e uma influência bem mais sensível do debate teórico e político nos meios marxistas do início do século. Tratando de problemática diferente — a dinâmica capitalista na etapa monopolista, com seu foco centrado na demanda efetiva, e não a natureza e o movimento geral do modo de produção capitalista —, em nada diminui o autor, frente a seu principal inspirador teórico, a conclusão de que, a rigor, não se filia à corrente marxista de pensamento econômico. Ser ou não ser (marxista) não é, neste caso, a questão. Distintos objetos de análise requerem, como regra, diferentes métodos de abordagem teórica.

Em traços gerais, o esquema de Kalecki consiste no desdobramento, em forma de matriz, do produto global da economia capitalista nos três macrossetores de produção integrada correspondentes às suas categorias de demanda final, paralelamente à decomposição do mesmo, sob a forma de renda, entre lucros brutos e salários. Isto permite, de início, expor a geração, neste processo, do gasto e da renda, bem como da produção e da demanda.

Mas o importante não é tanto o fato de tornar explícitas essas igualdades contábeis, e sim o de facilitar o seu entendimento enquanto relações de determinação decorrentes da aplicação do princípio da demanda efetiva. É basicamente o que Kalecki realiza no artigo mencionado, cuja principal inovação sobre as exposições prévias de suas teorias consiste na definição de parâmetros setoriais de distribuição funcional da renda, tal como resultam das características estruturais da concorrência capitalista e do poder de barganha dos trabalhadores expressos no grau de monopólio. Pelo próprio significado do termo, deve-se entender por parâmetro nesse contexto a determinação da distribuição entre lucros e salários, em cada setor, por condições que, não sendo necessariamente constantes, são en-

tretanto “dadas” para a análise da seqüência de relações causais em que se manifesta a ação da demanda efetiva.

Sua utilização pode, no entanto, assumir características distintas, que lhe conferem o papel mais de instrumento analítico que de simples recurso expositivo. O próprio Kalecki, em seu último ensaio,<sup>56</sup> deu um exemplo marcante dessa qualidade latente do esquema setorial ao explicar por meio dele as conseqüências, em termos de demanda efetiva, de um aumento da participação dos salários na renda, decorrente de alteração nos fatores setoriais de distribuição. O autor demonstrava então que o resultado dessa mudança seria ampliar a produção do setor DIII (bens de consumo dos assalariados) de tal forma que a elevação dos lucros deste último viesse a compensar a redução paralela dos lucros de DI (bens de investimento) e DII (bens de consumo dos capitalistas), ocasionada pela maior participação dos salários no produto desses dois setores. A referida compensação é a decorrência lógica do fato de que o nível global dos lucros é determinado a cada período pela soma do investimento e do consumo dos capitalistas (no caso mais simples), cuja magnitude independe inteiramente da taxa e da participação dos salários.

As questões levantadas por Kalecki naquele artigo são de extrema importância para o esclarecimento da sua posição — e, de resto, dos que compartilham a adoção do princípio da demanda efetiva — em face da possibilidade de alterações na distribuição da renda. Essa discussão é tanto mais importante quanto se verifica a que ponto é capaz de gerar incompreensões, em especial sobre o papel que cumpre a distribuição como “parâmetro” ou “dado” na exposição por esse autor do significado da demanda efetiva. A possibilidade de que os salários aumentem — com uma correspondente redução no grau de monopólio —, desta forma ampliando sua participação na renda global, sem com isto afetar o nível dos lucros, imediata ou remotamente, é um paradoxo angustiante para aqueles que encontram dificuldades de abandonar a Lei de Say em suas numerosas manifestações.

<sup>56</sup> M. Kalecki. “Class Struggle and Distribution of National Income”, in *Selected Essays...*, *op. cit.*

Uma alternativa mais sutil de fazê-lo é oferecida por Sylos-Labini,<sup>57</sup> ao colocar a distribuição da renda (através de um indicador de *mark-up*) entre os principais determinantes do investimento. Procedendo desta forma, consegue “retardar” o efeito inexorável da Lei de Say, que cedo ou tarde se fará presente na compressão dos lucros a partir da redução dos investimentos, em resposta à queda da participação dos lucros na renda. Mas só esta última é aceitável dentro do princípio da demanda efetiva, como resultado de um aumento de salários, desde que a renda global tenha *aumentado* correspondentemente, impedindo a queda do nível predeterminado dos lucros. Isto parece dever-se à justaposição de elementos macroeconômicos “keynesianos-kaleckianos” (demanda efetiva), de um lado, e elementos distributivos “ricardianos”, de outro, atuando simultaneamente entre os determinantes do investimento, o que constitui um ecletismo teórico difícil de aceitar.

A própria questão da distribuição da renda pode ainda ser examinada numa perspectiva *dinâmica*, ao lado de outros aspectos do movimento de uma economia capitalista — incluindo a análise do processo cíclico em diferentes níveis de abstração —, com base no uso desse mesmo esquema de três setores. Seu emprego como instrumento analítico dá margem igualmente a um tratamento mais minucioso do ciclo econômico, sem sair do âmbito da demanda efetiva, permitindo enriquecê-lo com elementos de outra ordem, essenciais num plano mais concreto de investigação.

Uma análise dinâmica da distribuição da renda deve, de início, reconhecer a possibilidade de variação sistemática de seus determinantes estruturais, em função das condições prevalecentes ao nível macroeconômico. Assim, o próprio grau de monopólio, principal elemento explicativo da distribuição no plano das relações de concorrência e poder de mercado — o que inclui capitalistas e trabalhadores — está sujeito a certa regularidade no seu comportamento, acompanhando as distintas etapas do ciclo econômico. Essas variações obedecem, tanto quanto sua determinação estrutural, à influência combinada das condições da concorrência capitalista — fundamen-

<sup>57</sup> P. Sylos-Labini. “On the Concept of the Optimum Rate of Profit”, in *Essays in Honour of Edward Lipinski* (Amsterdã: North Holland, 1979), pp. 3 e segs.

talmente o grau de utilização da capacidade produtiva e o nível da competitividade e concentração em distintos mercados — e do poder de negociação dos sindicatos. Ambos os fatores apresentam modificações nos seus efeitos associados às diferentes fases do ciclo, porém a influência decisiva cabe ao primeiro, que tende a ampliar o grau de monopólio no período de depressão e a reduzi-lo no de auge, pela mudança na intensidade da concorrência, bem como pelo impacto dos níveis de utilização da capacidade sobre os custos unitários e as margens de lucro, sendo acompanhado pela alteração cíclica dos índices de concentração da produção. A atuação dos sindicatos cumpre um papel subsidiário nas modificações do grau de monopólio ao reagir defasadamente ao crescimento potencial da lucratividade das empresas ao longo do ciclo.<sup>58</sup>

A determinação macroeconômica da distribuição da renda não estará completa, porém, sem que se investiguem as condições em que ela pode modificar-se, especificamente como resultado de uma alteração na estrutura setorial da produção. É fácil demonstrar que, mesmo numa situação de estabilidade nas condições setoriais de distribuição (parâmetros constantes), é suficiente que, dentre DI e DII, o setor que apresenta menor participação dos salários no produto cresça a um ritmo mais elevado, para que a distribuição agregada se modifique a favor dos lucros — e vice-versa.<sup>59</sup> Por outro lado, dados os parâmetros setoriais de distribuição, a manutenção de uma taxa de crescimento idêntica entre DI e DII, ou ainda a igualdade da participação dos salários no produto desses dois setores, são condições suficientes para que a distribuição global da renda permaneça inalterada (ver Apêndice, item 3).

As observações anteriores apontam para o papel passivo que compete ao setor produtor de bens de consumo dos assalariados nos distintos aspectos da dinâmica capitalista. O comportamento dependente de DIII sob diferentes aspectos leva à conclusão de que, de

<sup>58</sup> Ver, a respeito, Kalecki, *Theory of Economic...*, *op. cit.*, Caps. 1 e 2, e “Class Struggle...”, *op. cit.*, e, ainda, Tavares, “Ciclo e Crise...”, *op. cit.*, Cap. I.

<sup>59</sup> Esta hipótese teórica (referida a DII) coaduna-se perfeitamente com o sugerido por Tavares, “Acumulação de Capital...”, *op. cit.*, com referência ao período recente de expansão no Brasil (1968/73).

um ponto de vista dinâmico, o comando da classe capitalista — contraditório, evidentemente — abrange ainda, além do seu próprio, o destino de outras classes. Isto se reflete não só na impossibilidade teórica de que esse setor tenha condições de liderar o crescimento, como ainda no fato de que sua taxa de crescimento e a repartição da renda desse setor não exercem qualquer influência sobre o comportamento da distribuição do conjunto da economia. Se se considera ainda a possibilidade de mudanças dos preços relativos, chegar-se-á a conclusões análogas. Por exemplo, uma elevação geral de preços que privilegie DIII, por conta de um crescente grau de monopólio deste setor em face dos demais, tenderia a reduzir os salários médios reais dos trabalhadores dos três setores. Note-se que os salários reais de DIII estarão caindo por efeito do crescente poder de *mark-up* das empresas desse setor, enquanto que, de modo assimétrico, os salários reais dos trabalhadores dos setores restantes tenderão a cair, mesmo sem que haja elevação do grau de monopólio nestes últimos. Em tais circunstâncias, a elevação dos lucros em DIII, além de virtualmente inoperante quanto a seus efeitos dinâmicos, produzirá fortes pressões no sentido de reduzir o poder aquisitivo dos salários do conjunto da classe trabalhadora. Esse efeito seria ainda acentuado caso os preços das matérias-primas e insumos em geral estivessem ao mesmo tempo crescendo acima dos salários nominais.

A implicação mais importante da distribuição da renda numa abordagem dinâmica é de permitir caracterizar o movimento cíclico segundo distintas possibilidades de liderança setorial no crescimento, que podem chegar a conformar diferentes padrões de acumulação de capital. Uma análise desse tipo pode fornecer elementos teóricos para a compreensão da forma pela qual uma alteração na distribuição global da renda se harmoniza com uma estrutura particular de crescimento diferenciada no curso de um determinado ciclo. Sob este aspecto, o conceito de liderança incorpora, mais que as taxas relativas de crescimento, a magnitude do impacto dinâmico (essencialmente, os efeitos aceleradores) que os diferentes setores potencialmente são capazes de produzir. Tais efeitos dependem não apenas das relações intersetoriais que estabelecem a nível da estrutura produtiva, mas também das características de estrutura de mercado que se expressam tanto nos padrões de concorrência quanto na base

técnica do capital dos setores aos quais se dirige o impacto dinâmico considerado, os quais são, por sua vez, fortemente condicionados, em países capitalistas atrasados, pelo tipo de propriedade (origem) de capital aí localizado.<sup>60</sup>

As modificações na distribuição da renda, embora contribuam para definir as características específicas de um dado movimento cíclico, não são estritamente necessárias para a existência desse movimento como tal. Assim, por exemplo, uma participação crescente dos lucros na renda acarretaria a elevação da taxa de investimento no início do auge do ciclo, reforçando uma tendência natural decorrente do crescimento mais que proporcional dos investimentos em relação aos lucros. A ampliação da taxa de investimento, que geralmente acompanha o auge do ciclo, resulta no crescimento mais rápido de DI frente aos demais setores. Porém, enquanto a taxa de acumulação de capital estiver aumentando aceleradamente, a crescente taxa de investimento não se traduzirá numa relação capital/produto mais elevada, senão que, pelo contrário, tenderá a cair, refletindo uma crescente ocupação da capacidade produtiva. A manutenção de uma taxa de acumulação crescente tornar-se-á cada vez mais problemática, porquanto supõe uma também crescente e ainda maior taxa de expansão dos investimentos — quer dizer, um crescimento mais que exponencial destes últimos. Na impossibilidade de sustentar semelhante aceleração do ritmo de crescimento dos investimentos, a taxa de acumulação tenderá a declinar, levando em seguida a um aumento da relação capital/produto e a uma paralela redução do grau de utilização da capacidade no conjunto da economia. Daí resultará a queda da proporção dos investimentos nos lucros e o conseqüente decréscimo da taxa de investimento num processo cumulativo de retração da atividade econômica.

O que acabamos de expor não deve ser tomado como uma “explicação” do movimento cíclico, uma vez que, para tanto, seria necessário mostrar em que condições é impossível sustentar um crescente ritmo da acumulação de capital, o que só pode ser feito tendo em conta o fenômeno complexo da interação defasada exposto, por exemplo, na teoria do ciclo de Kalecki. Por essa razão, a seqüência

<sup>60</sup> Ver, a respeito, Tavares, “Ciclo e Crise...”, *op. cit.*, Cap. III.

de eventos descrita nada mais é do que uma útil apresentação esquemática do processo pelo qual se dá a reversão a partir do auge do ciclo.<sup>61</sup>

A descrição acima, se bem que possa ser satisfatória num plano abstrato de análise como aplicação mais elaborada do instrumental dinâmico associado à demanda efetiva, não é por certo o bastante para explicar o ciclo econômico, mesmo ao nível teórico, para o que se requereria a consideração simultânea das transformações estruturais co-responsáveis por aquele movimento. De outro lado, é ainda mais insuficiente para a interpretação de um movimento cíclico concreto, para a qual seria necessário, antes de mais nada, preencher o arcabouço teórico básico com os condicionantes históricos e institu-

<sup>61</sup> *Ibid.*, Cap. I, para uma apresentação essencialmente análoga. Em termos bastante simples, a referida descrição pode ser formalmente justificada como segue:

Seja  $K =$  capital,  $I =$  investimento líquido ( $=\Delta K$ ) e  $Y =$  renda. Supõe-se, de início, que no auge do ciclo esteja ocorrendo um aumento da taxa de investimento  $I/Y$  e da taxa de acumulação  $\Delta K/K = I/K$ . Além disso, admite-se (como é normal) uma relação capital/produto  $K/Y$  maior que 1, ou seja,  $Y/K = 1 - \delta$ , onde  $0 < \delta < 1$ . Tem-se, então,  $I/Y$  crescente  $\Leftrightarrow \Delta I/I > \Delta Y/Y$ . Como  $Y/K < 1$ , tem-se  $\Delta I/I > \Delta Y/K$ . Dividindo ambos os membros por  $\Delta K$ , vem:

$$\frac{\Delta I/I}{\Delta K/K} > \frac{\Delta Y}{\Delta K} \quad (1)$$

O primeiro membro será maior que 1 sempre que a taxa de acumulação esteja aumentando. Isto equivale a fazer:

$$\frac{\Delta I/I}{\Delta K/K} = 1 + \epsilon \quad (2)$$

em que  $\epsilon > 0$ .

Finalmente, de (1) e (2) resultará  $\frac{\Delta Y}{\Delta K} < 1 + \epsilon$ ; e, como  $Y/K = 1 - \delta$ , tem-se  $1 - \delta < \frac{\Delta Y}{\Delta K} < 1 + \epsilon$ , para que a relação capital/produto  $K/Y$  permaneça caindo.

Qualquer desaceleração da taxa de acumulação que torne  $\epsilon$  suficientemente negativo tenderá a elevar a relação capital/produto, provocando o surgimento de capacidade ociosa. Observe-se que uma relação capital/produto mais baixa tornará mais improvável a manutenção da relação capital/produto frente a uma dada desaceleração da taxa de acumulação de capital.

cionais cuja presença dá um caráter único e irredutível a cada período cíclico individualmente considerado, mesmo quando um determinado padrão geral de acumulação de capital seja preservado.

## 7 — Conclusão

Neste texto tivemos unicamente a preocupação de chamar a atenção para alguns aspectos que julgamos essenciais à compreensão adequada daquela que é, provavelmente, a mais completa e fecunda abordagem teórica da dinâmica capitalista à luz do princípio da demanda efetiva, focalizando em particular sua vinculação fundamental com este último.

Certamente as grandes interrogações a respeito do que faz mover e dá conformação ao movimento da economia capitalista ainda estão aguardando uma resposta cabal. Pode-se, no entanto, afirmar com convicção que a contribuição de Kalecki reduziu substancialmente o número e a importância das questões em aberto. Porém, o reconhecimento desse fato pressupõe, como é recomendável na apreciação de qualquer obra, que não se espere encontrar nela senão aquilo que o autor expressamente se propôs realizar.

*(Originais recebidos em junho de 1980. Revistos em agosto de 1980.)*